



Expediente:

Federação das Associações dos Municípios da Paraíba - FAMUP

DIRETORIA-EXECUTIVA

PRESIDENTE: GEORGE JOSÉ PORCIÚNCULA PEREIRA COELHO – SOBRADO

1º VICE- PRESIDENTE: ROBERTO BANDEIRA DE MELO BARBOSA - BOM JESUS

2º VICE- PRESIDENTE: ANDRÉ LUIZ GOMES DE ARAÚJO - BOA VISTA

3º VICE- PRESIDENTE: ANNA LORENA NOBREGA – MONTEIRO

4º VICE- PRESIDENTE: EUCLIDES SÉRGIO COSTA DE LIMA JÚNIOR - BAÍA DA TRAIÇÃO

1º SECRETÁRIO: ALLAN FELIPPE BASTOS DE SOUSA - PEDRA BRANCA

2º SECRETÁRIO: BEVILACQUA MATIAS MARACAJÁ – JUAZEIRINHO

3º SECRETÁRIO: TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA – CABACEIRAS

1º TESOUREIRO: FÁBIO RAMALHO DA SILVA - LAGOA SECA

2º TESOUREIRO: LÚCIO FLÁVIO ARAÚJO COSTA – ITABAIANA

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

RONALDO R. DE QUEIROZ – GURIÃO

JOSÉ ALEXANDRE DE ARAÚJO - SANTA LUZIA

JOYCE RENALLY FELIX NUNES - DUAS ESTRADAS

CLÁUDIA MACÁRIO LOPES – QUIXABA

MARIA RODRIGUES DE ALMEIDA FARIAS – ALAGOINHA

SUPLENTE

AGUIFALDO LIRA DANTAS - FREI MARTINHO

ROSALBA GOMES DA NÓBREGA - SÃO JOSÉ DO BONFIM

JOAQUIM HUGO VIEIRA CARNEIRO - RIACHO DOS CAVALOS

JOSÉ BENICIO DE ARAÚJO NETO – PILAR

DIOGO RICHELLI ROSAS - NOVA OLINDA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CAAPORÃ

LICITAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 00001/2021

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua Salomão Veloso, 49 - Centro - Caaporã - PB, alterar a data de realização do mesmo para às 09:00 horas do dia 03 de NOVEMBRO de 2021, licitação modalidade Concorrência, do tipo melhor técnica, para: DESTINA-SE A SELEÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR A ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (ZPE) DE CAAPORÃ, SOB O REGIME DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS NA FORMA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacaocaapora2017@gmail.com. Edital: www.caapora.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br.

Caaporã - PB, 15 de Setembro de 2021.

DÉBORA DE ANDRADE SILVA

Presidenta da Comissão

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:64F255CB

LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO - DISPENSA Nº DP00042/2021

OBJETO: LOCAÇÃO DE 02 (DOIS) IMÓVEIS SITUADOS NA RUA ZÓZIMO PEREIRA, Nº 77 E 77-A, CENTRO, CAAPORÃ/PB, PARA FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E INCLUSÃO SOCIAL. **FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de Licitação nº DP00042/2021. **DOTAÇÃO:** 02.081- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS 08.244.3003.2915 – GESTÃO DO BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO – IGD-BOL 3.3.90.36.00.001- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.36.00.311- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA ESSAS DOTAÇÕES PODERÃO SOFRER ALTERAÇÕES. **VIGÊNCIA:** até 14/09/2022. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Caaporã e Pessoa Física: IRINEU QUINTILIANO DE SOUZA FILHO – CPF nº 219.868.354-72- CONTRATO Nº 00103/2021 – Data do contrato: 14/09/2021 – VALOR TOTAL: R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS).

Caaporã - PB, 14 de Setembro de 2021.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:AC3AF311

ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CABACEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO LEI Nº 1.023, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021.

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 1.023, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre a denominação de Rua no Distrito Ribeira deste Município.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de **JOSÉ PEREIRA FILHO**, uma Rua localizada no Distrito Ribeira deste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cabaceiras, 14 de setembro de 2021; 186 anos de Emancipação Política.

Publique – se e cumpra –se.

TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA

Prefeito Constitucional

Publicado por:
José Djanilson Galdino de Farias
Código Identificador:E7A3414F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 294, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

Gabinete do Prefeito

DECRETO nº 294, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

Declara luto oficial no Município de Cabaceiras, face o falecimento da Ex – Servidora Pública Municipal **TEREZINHA RAMOS SAMPAIO DE ANDRADE**.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica municipal e, considerando ainda:

O falecimento da Ex – Servidora Pública Municipal **TEREZINHA RAMOS SAMPAIO DE ANDRADE**, ocorrido na tarde desta sexta (10/09);

A sua trajetória de vida pessoal, que conforme diversos testemunhas, foi um excelente Mãe, Irmã, Avó e Esposa; e,

A sua trajetória de vida profissional, na área da saúde, no Distrito Ribeira deste Município, que conforme diversos testemunhas, foi norteadada pelos princípios de responsabilidade, honestidade e comprometimento.

DECRETA:

Art.1º Fica declarado, com profundo pesar, **LUTO OFICIAL**, no município de Cabaceiras, face o falecimento da Ex – Servidora Pública Municipal **TEREZINHA RAMOS SAMPAIO DE ANDRADE**.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Cabaceiras, 10 de setembro de 2021; 186 anos de Emancipação Política.

Publique - se e cumpra – se.

TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA
Prefeito Constitucional Gabinete do Prefeito

DECRETO nº 294, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

Declara luto oficial no Município de Cabaceiras, face o falecimento da Ex – Servidora Pública Municipal **TEREZINHA RAMOS SAMPAIO DE ANDRADE**.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica municipal e, considerando ainda:

O falecimento da Ex – Servidora Pública Municipal **TEREZINHA RAMOS SAMPAIO DE ANDRADE**, ocorrido na tarde desta sexta (10/09);

A sua trajetória de vida pessoal, que conforme diversos testemunhas, foi um excelente Mãe, Irmã, Avó e Esposa; e,

A sua trajetória de vida profissional, na área da saúde, no Distrito Ribeira deste Município, que conforme diversos testemunhas, foi norteadada pelos princípios de responsabilidade, honestidade e comprometimento.

DECRETA:

Art.1º Fica declarado, com profundo pesar, **LUTO OFICIAL**, no município de Cabaceiras, face o falecimento da Ex – Servidora

Pública Municipal **TEREZINHA RAMOS SAMPAIO DE ANDRADE**.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Cabaceiras, 10 de setembro de 2021; 186 anos de Emancipação Política.

Publique - se e cumpra – se.

TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
José Djanilson Galdino de Farias
Código Identificador:A6AE8590

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
00052/2021

A prefeitura Municipal de Conceição – PB, torna público que estar realizando licitação sob modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: aquisição de insumos do tipo material permanente para atender a demanda dos órgãos e programas da secretaria municipal de saúde do Município de Conceição – PB. Data e horário do recebimento das propostas: até às 08:25 horas do dia 29/09/2021. Data e horário do início da disputa: 08:30 horas do dia 29/09/2021. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Nº 10.520/02, Decreto Nº 10.024/2019, Decreto Municipal de Nº 014/2020, Lei Nº 8.666/1993 e subsidiárias. LOCAL: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. Modo de Disputa: Aberto. Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos na sede temporária da Prefeitura Municipal, das 08:00 às 13:00hs, através do Setor de Licitação, na Rua Capitão João Miguel - Centro Administrativo Integrado, S/N - São José - Conceição – PB, CEP: 58970-000.

Conceição – PB, 15 de setembro de 2021.

KÉSSYA MEDEIROS LACERDA FIGUEIREDO DE SOUSA
Pregoeira

Publicado por:
Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:59472EDD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 00050/2021

Após análise da documentação apresentada e julgados todos os recursos referentes ao presente pregão, adjudico a empresa vencedora conforme indicado abaixo: **RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO**. Objeto: Aquisição de insumos e material médico hospitalar para atender as demandas dos órgãos e programas da Secretaria e Fundo Municipal de Saúde do Município de Conceição/PB. Situação: **ADJUDICADO** em 10/09/2021. Adjudicado para: **ALLFAMED COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ Nº. 31.187.918/0001-15** - vencedor dos itens nº 07, 08, 09, 10 e 11 - totalizando em R\$ 78.890,00 (sessenta e oito mil oitocentos e noventa reais); **APOGEU CENTER COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMEN – CNPJ Nº. 02.911.193/0001-68** - vencedor dos itens nº 06 e 12 - totalizando em R\$ 667,00 (seiscentos e sessenta e sete reais); **LUCINEIDE DE SOUSA CARVALHO – ALS DISTRIBUIDORA - CNPJ Nº. 26.697.721/0001-96** - vencedor dos itens nº 13 e 19 - totalizando em R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais); **ODONTOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA - CNPJ nº. 09.478.023/0001-80** - vencedor dos itens nº 01, 02, 03, 04, 05, 14, 15, 16 e 17 - totalizando em R\$ 25.035,20 (vinte e cinco mil trinta e cinco reais e vinte centavos); **VESCIA MARIA FERNANDES DUARTE EIRELI – MEDICAL CENTER – CNPJ**

Nº. **10.485.989/0001-24** - vencedor do item nº 18 - totalizando em R\$ 1.715,85 (hum mil setecentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos).

Conceição - PB, 10 de setembro de 2021.

KÉSSYA MEDEIROS LACERDA FIGUEIREDO DE SOUSA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:DC298B38

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
00053/2021 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP

A Prefeitura Municipal de Conceição – PB, torna público que estar realizando licitação sob modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: **registro de preço para futura** contratação de empresa para manutenção, instalação, conserto e reposição de peças de ar-condicionado para as diversas secretarias do município de Conceição – PB. Data e horário do recebimento das propostas: até às 09:55 horas do dia 29/09/2021. Data e horário do início da disputa: 10:00 horas do dia 29/09/2021. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Nº 10.520/02, Decreto Nº 10.024/2019, Decreto Municipal de Nº 014/2020, Lei Nº 8.666/1993 e subsidiárias. LOCAL: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. Modo de Disputa: Aberto. Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos na sede temporária da Prefeitura Municipal, das 08:00 às 13:00hs, através do Setor de Licitação, na Rua Capitão João Miguel - Centro Administrativo Integrado, S/N - São José - Conceição – PB, CEP: 58970-000.

Conceição – PB, 15 de setembro de 2021.

KÉSSYA MEDEIROS LACERDA FIGUEIREDO DE SOUSA
Pregoeira

Publicado por:
Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:E7FD9421

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 00050/2021

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. Samuel Soares Lavor de Lacerda, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Eletrônico nº 00050/2021. RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO. Objeto: Aquisição de insumos e material médico hospitalar para atender as demandas dos órgãos e programas da Secretaria e Fundo Municipal de Saúde do Município de Conceição/PB. Situação: HOMOLOGADO em 13/09/2021. Homologado para: **ALLFAMED COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ Nº. 31.187.918/0001-15** - vencedor dos itens nº 07, 08, 09, 10 e 11 - totalizando em R\$ 78.890,00 (sessenta e oito mil oitocentos e noventa reais); **APOGEU CENTER COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMEN – CNPJ Nº. 02.911.193/0001-68** - vencedor dos itens nº 06 e 12 - totalizando em R\$ 667,00 (seiscentos e sessenta e sete reais); **LUCINEIDE DE SOUSA CARVALHO – ALS DISTRIBUIDORA - CNPJ Nº. 26.697.721/0001-96** - vencedor dos itens nº 13 e 19 - totalizando em R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais); **ODONTOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA - CNPJ nº. 09.478.023/0001-80** - vencedor dos itens nº 01, 02, 03, 04, 05, 14, 15, 16 e 17 - totalizando em R\$ 25.035,20 (vinte e cinco mil trinta e cinco reais e vinte centavos); **VESCIA MARIA FERNANDES DUARTE EIRELI – MEDICAL CENTER – CNPJ Nº. 10.485.989/0001-24** - vencedor do item nº 18 - totalizando em R\$ 1.715,85 (hum mil setecentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos).

Conceição – PB, 13 de setembro de 2021.

SAMUEL SOARES LAVOR DE LACERDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:6BB08B63

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE PATOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 402/2021

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO
CONTRATO Nº 402/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS. CONTRATADO: C PINHEIRO CIA LTDA, inscrito no CNPJ Nº 09.286.691/0001-06. OBJETO CONTRATUAL: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (TIPO PINTURA) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS/PB.** OBJETO DO TERMO ADITIVO: ACRESCENTAR ao valor contratual o total R\$ 10.896,60 (dez mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta centavos), sendo que o valor atual de R\$ 49.570,00 (quarenta e nove mil, quinhentos e setenta reais), passando o seu valor global pós formalização do termo de aditivo o valor de R\$ 60.467,20 (sessenta mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), que representa um aumento de 21,98% (vinte e um, vírgula noventa e oito por cento), conforme preconiza as cláusulas contratuais e obedecendo a lei de licitações e suas alterações. DA FUNDAMENTAÇÃO: Art. 65 e incisos, lei 8.666/93 e alterações posteriores. SIGNATARIOS: Prefeitura Municipal de Patos, o Senhor JOSE MARCONE DA COSTA SANTOS e do outro lado a empresa C PINHEIRO CIA LTDA.

Patos, 14 de setembro de 2021

JOSE MARCONE DA COSTA SANTOS
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

Publicado por:
Mayra Mikaelle Dias Fernandes
Código Identificador:14E4A710

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGAO PRESENCIAL 00014/2021

ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00014/2021

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Presencial nº 00014/2021, que objetiva: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JURIDICA PARA LOCAÇÃO DE UM CARRO PIPA E UM VEÍCULO POLINGUINDASTE PARA ATENDER AS NECESSIDADE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE; ADJUDICO o seu objeto a: NOGUEIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME - R\$ 258.000,00.**

São João Rio do Peixe - PB, 06 de Setembro de 2021

THAMYSE MARTINS SOARES
Pregoeira Oficial

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00014/2021

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00014/2021, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JURIDICA PARA LOCAÇÃO DE UM CARRO PIPA E UM VEÍCULO POLINGUINDASTE PARA ATENDER AS NECESSIDADE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO RIO PEIXE; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: NOGUEIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME - R\$ 258.000,00.

São João Rio do Peixe - PB, 06 de Setembro de 2021

LUIZ CLAUDINO DE CARVALHO FLORENCIO
Prefeito

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JURIDICA PARA LOCAÇÃO DE UM CARRO PIPA E UM VEÍCULO POLINGUINDASTE PARA ATENDER AS NECESSIDADE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO RIO PEIXE. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00014/2021. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de São João Rio do Peixe. VIGÊNCIA: até 10/09/2022. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São João do Rio do Peixe e: CT Nº 00140/2021 - 10.09.21 - NOGUEIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME - R\$ 258.000,00.

Publicado por:
Thamyse Martins Soares
Código Identificador:B26BEA9C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO TP 0003.2021

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 00003/2021

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua José Nogueira Pinheiro, S/N - Centro - São João Rio do Peixe - PB, às 09:00 horas do dia 05 de Outubro de 2021, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JURIDICA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 996787922. E-mail: cplpmsjrp@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br.

São João Rio do Peixe - PB, 15 de Setembro de 2021

THAMYSE MARTINS SOARES
Presidente da Comissão

Publicado por:
Thamyse Martins Soares
Código Identificador:7AA2D07D

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00041/2021

ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00041/2021

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Eletrônico nº 00041/2021, que objetiva: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO VAN, 0 KM, COM CAPACIDADE PARA 20 PASSAGEIROS E 1 MOTORISTA, PARA A REDE MUNICIPAL

DE EDUCAÇÃO – CONVÊNIO Nº 0485/2019; ADJUDICO o seu objeto a: UNIDAS VEICULOS E SERVICOS LTDA - R\$ 298.000,00.

Alagoa Nova - PB, 14 de Setembro de 2021

TATIARA GOMES DE ALMEIDA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:19BB7535

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00041/2021

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00041/2021

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00041/2021, que objetiva: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO VAN, 0 KM, COM CAPACIDADE PARA 20 PASSAGEIROS E 1 MOTORISTA, PARA A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CONVÊNIO Nº 0485/2019; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: UNIDAS VEICULOS E SERVICOS LTDA - R\$ 298.000,00.

Alagoa Nova - PB, 15 de Setembro de 2021

FRANCINILDO PIMENTEL DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:3FFCC85E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00041/2021

EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00041/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO VAN, 0 KM, COM CAPACIDADE PARA 20 PASSAGEIROS E 1 MOTORISTA, PARA A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CONVÊNIO Nº 0485/2019. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00041/2021. DOTAÇÃO: CONVÊNIO Nº 0485/2019– SEECT/PB/RECURSOS PRÓPRIOS 02.040 SEC.MUN.EDUCACAO, CULTURA ESPORTES E LASER 12 361 2002 1012 AQUISICAO DE VEICULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR 4490.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alagoa Nova e: CT Nº 00176/2021 - 15.09.21 - UNIDAS VEICULOS E SERVICOS LTDA - R\$ 298.000,00.

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:0F971A0E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00039/2021

ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00039/2021

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Eletrônico nº 00039/2021, que objetiva: AQUISIÇÃO DE GRADE DE DISCOS COM CONTROLE REMOTO REBOCÁVEL E UM TRATOR DE PNEUS PARA O MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA– PB – CONVÊNIO Nº 884308/2019; ADJUDICO o seu objeto a: AGRO SHOP COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS VETERINARIOS EIRELI - R\$ 37.900,00; OSAKA MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - R\$ 174.000,00.

Alagoa Nova - PB, 10 de Setembro de 2021

TATIARA GOMES DE ALMEIDA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:5A20C013

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00039/2021**

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00039/2021

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00039/2021, que objetiva: **AQUISIÇÃO DE GRADE DE DISCOS COM CONTROLE REMOTO REBOCÁVEL E UM TRATOR DE PNEUS PARA O MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA-PB – CONVÊNIO Nº 884308/2019**; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: AGRO SHOP COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS VETERINARIOS EIRELI - R\$ 37.900,00; OSAKA MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - R\$ 174.000,00.

Alagoa Nova - PB, 13 de Setembro de 2021

FRANCINILDO PIMENTEL DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:2A2A3DAD

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00039/2021**

EXTRATO DE CONTRATOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00039/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRADE DE DISCOS COM CONTROLE REMOTO REBOCÁVEL E UM TRATOR DE PNEUS PARA O MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA-PB – CONVÊNIO Nº 884308/2019. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00039/2021. DOTAÇÃO: CONVÊNIO Nº 884308/2019– MAPA/RECURSOS PRÓPRIOS 02.090 SEC. AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO 20 606 2021 1070 AQUISICAO DE VEIC.MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS 20 606 2021 1108 AQUISICAO DE MAQUINAS PESADAS E IMPLEMENTOS 4490.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alagoa Nova e: CT Nº 00174/2021 - 14.09.21 - OSAKA MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - R\$ 174.000,00; CT Nº 00175/2021 - 14.09.21 - AGRO SHOP COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS VETERINARIOS EIRELI - R\$ 37.900,00.

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:A63E3263

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00045/2021**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00045/2021

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alagoa Nova, através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, devidamente nomeados pela Prefeitura Municipal de Alagoa Nova, TORNA PÚBLICO e comunica aos interessados que se encontra aberta à licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 00045/2021, cujo objeto é **1.1. AQUISIÇÃO DE VENTILADOR DE TRANSPORTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE SOFIA DE CASTRO**. DATA DA ABERTURA: 30 DE SETEMBRO DE 2021, ÀS 08H30MIN (HORÁRIO LOCAL). Informações: no horário das 08h às 12h dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: pmanlicita@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Alagoa Nova - PB, 15 de Setembro de 2021.

TATIARA GOMES DE ALMEIDA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:28E8CDD8

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00046/2021**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00046/2021

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alagoa Nova, através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, devidamente nomeados pela Prefeitura Municipal de Alagoa Nova, TORNA PÚBLICO e comunica aos interessados que se encontra aberta à licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 00046/2021, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201400759– FNDE/MEC**. DATA DA ABERTURA: 30 DE SETEMBRO DE 2021, ÀS 11H00MIN (HORÁRIO LOCAL). Informações: no horário das 08h às 12h dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: pmanlicita@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Alagoa Nova - PB, 15 de Setembro de 2021.

TATIARA GOMES DE ALMEIDA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Tatiara Gomes de Almeida
Código Identificador:41434BAC

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALHANDRA
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº 00016/2021**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº 00015/2021, que objetiva: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COMPRA E INSTALAÇÃO DE JARDINAGEM DA CAMARA MUNICIPAL DE ALHANDRA/PB, ATRAVÉS DE MUDAS DE ALFINETES (ASPARGUS DESINFLOU), MUDAS DE MELINDRÃO (RUSSEA EQUISETIFORMS) E SUBSTRATO PARA JARDIM VERTICAL**. RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: BEBEL PLANTAS (Cnpj sob o nº 40.760.171/0001-33). VALOR TOTAL: R\$ 13.780,00 (treze mil e setecentos e oitenta reais).

Alhandra - PB, 15 de Setembro de 2021

SEVERINO BELMIRO ALVES
Presidente

Publicado por:
Claudiano Costa da Silva
Código Identificador:F75128AC

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALHANDRA
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - DISPENSA Nº 00016/2021**

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COMPRA E INSTALAÇÃO DE JARDINAGEM DA CAMARA MUNICIPAL DE ALHANDRA/PB, ATRAVÉS DE MUDAS DE ALFINETES (ASPARGUS DESINFLOU), MUDAS DE MELINDRÃO (RUSSEA EQUISETIFORMS) E SUBSTRATO PARA JARDIM**

VERTICAL;DESIGNO os servidores Francisco Assis Rodrigues de Pontes Jr., Diretor Executivo, como Gestor do contrato e a servidora Katia Simone de França Pereira Nunes, Diretoria Legislativa, como Fiscal do contrato decorrente da Dispensa de Licitação nº 00016/2021, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente.

Alhandra - PB, 15 de Setembro de 2021.

SEVERINO BELMIRO ALVES
Presidente

Publicado por:
Claudio Costa da Silva
Código Identificador:ACFDD146

CÂMARA MUNICIPAL DE ALHANDRA EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº 00016/2021. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COMPRA E INSTALAÇÃO DE JARDINAGEM DA CAMARA MUNICIPAL DE ALHANDRA/PB, ATRAVÉS DE MUDAS DE ALFINETES (ASPARGUS DESINFLORU), MUDAS DE MELINDRÃO (RUSSEA EQUISETIFORMIS) E SUBSTRATO PARA JARDIM VERTICAL; FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. AUTORIZAÇÃO/SOLICITAÇÃO: Setor Financeiro. DOTAÇÃO: 339030 e 339039. PARTES CONTRATANTES: CÂMARA MUNICIPAL DE ALHANDRA/PB E PESSOA JURÍDICA DE BEBEL PLANTAS (Cnpj sob o nº 40.760.171/0001-33) VALOR TOTAL: R\$ 13.780,00 (treze mil e setecentos e oitenta reais). RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: Presidente, em 15/09/2021.

Publicado por:
Claudio Costa da Silva
Código Identificador:A868E2A7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00048/2021

Nos termos parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00048/2021, que objetiva: Contratação de empresa especializada em serviços de esgotamento de fossas sépticas, com remoção e transporte de dejetos para descarte; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: LIMPARAIBA LIMPADORA E DESENTUPIDORA PARAIBANA LTDA - R\$ 252.000,00.

Alhandra - PB, 13 de setembro de 2021

MARCELO RODRIGUES DA COSTA
Prefeito

Publicado por:
Thiago da Silveira Martins
Código Identificador:56CBCCA3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00048/2021

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: Contratação de empresa especializada em serviços de esgotamento de fossas sépticas, com remoção e transporte de dejetos para descarte; DESIGNO os servidores Luiz Silva de Andrade, Secretário Municipal de Infraestrutura, como Gestor; e Clovis Constantino da Silva, Secretário Municipal Adjunto de Infraestrutura, para Fiscal, do contrato decorrente da licitação, modalidade Pregão Presencial nº 00048/2021, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente.

Alhandra - PB, 13 de setembro de 2021

MARCELO RODRIGUES DA COSTA
Prefeito

Publicado por:
Thiago da Silveira Martins
Código Identificador:E0C401C7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00048/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de esgotamento de fossas sépticas, com remoção e transporte de dejetos para descarte. DOTAÇÃO: 02.001 GABINETE DO PREFEITO 04.122.2021.2003 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito... VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alhandra e: CT Nº 00126/2021 - 15.09.21 - LIMPARAIBA LIMPADORA E DESENTUPIDORA PARAIBANA LTDA - R\$ 75.600,00.

Publicado por:
Thiago da Silveira Martins
Código Identificador:56F69CAE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00003/2021

Objeto da ata de registro de preços: Contratação de empresa especializada em serviços de esgotamento de fossas sépticas, com remoção e transporte de dejetos para descarte; Assinatura da ata: 15/09/2021; Vigência: 12 (doze) meses, considerados da data de publicação. Vencedora do referido certame: LIMPARAIBA LIMPADORA E DESENTUPIDORA PARAIBANA LTDA - CNPJ: 35.583.475/0001-32 - Item(s): 1 - Valor: R\$ 252.000,00. A ata com os preços, especificações e condições estão constantes no processo licitatório que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00048/2021.

Alhandra - PB, 15 de setembro de 2021

MARCELO RODRIGUES DA COSTA
Prefeito

Publicado por:
Thiago da Silveira Martins
Código Identificador:F8B5D9EF

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE PUBLICIDADE DISP 0057 2021

FAVORECIDO: LMN - COMERCIO DE PECAS, SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA -ME, de CNPJ nº41.705.493/0001-42-PB,
Fundamento: arts. 24, Inciso II, da lei 8.666/93
FONTE DE RECURSO: Orçamento 2021, FPM/ICMS
VALOR MENSAL R\$ 16.412,00 (Dezesseis mil quatrocentos e doze reais)
Período da contratação: até o final do exercício financeiro
DATA DA RATIFICAÇÃO: 15 de setembro de 2021
RATIFICO o processo acima com base no parecer da Assessoria Jurídica

APARECIDA, 15 de setembro de 2021.

JOÃO RABELO DE SÁ NETO
Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA
DISPENSA DE LICITAÇÃO 0057/2021
Nº. CONTRATO 0000203/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA**

Contratado: LMN - COMERCIO DE PECAS, SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA –ME, de CNPJ 41.705.493/0001-42-PB,

Objeto: Aquisição de disco, placa, barra de desgaste para trator da Prefeitura Municipal de Aparecida,

Valor: R\$ 16.412,00 (Dezesseis mil quatrocentos e doze reais)

Data do Contrato: 15 de setembro de 2021

Vigência: 31/12/2021

JOÃO RABELO DE SÁ NETO

Prefeito

Publicado por:

Filizardo da Silva Neto

Código Identificador:281F0D68

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 0059/2021

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE REMARCAÇÃO REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0059/2021

A Prefeitura municipal de APARECIDA torna público a quem interessar a abertura de licitação, para registro de preço na modalidade Pregão Eletrônico com desenvolvimento no Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Tipo menor preço com objetivo Registro de Preço para locação de caçamba com capacidade de 12m³ em regime de diária com motorista, combustível por conta do contratado destinado as atividade da Prefeitura Municipal de Aparecida-PB. A DATA DE SESSÃO: A CPL informa que sessão fica remarcada para dia 28 de setembro de 2021, às 08:30 horas. **INFORMAÇÕES:** RUA ANTONIO FRANCISCO PIRES, 169 - CENTRO - APARECIDA - PB. CEP: 58823-000 - Tel: (083) 3543-1162, em todos os dias úteis das 08:00 às 12:00 horas.

APARECIDA-PB, 105 de setembro de 2021.

FILIZARDO DA SILVA NETO.

Pregoeiro Oficial.

Publicado por:

Filizardo da Silva Neto

Código Identificador:9FA3BC22

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2021

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2021

Torna público, por meio da Comissão Permanente de Licitação, para conhecimento dos licitantes participantes do processo licitatório Tomada de Preços nº 00002/2021, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA/PB – CR 1073866–05, que, após análise e julgamento dos recursos interpostos contra a decisão de habilitação/inabilitação das empresas participantes, pela Assessoria Jurídica deste município, foi reformada a decisão que declarou INABILITADAS as empresas ARENA CONSTRUÇOES E LOCAÇÕES EIRELI - CNPJ: 31.615.295/0001-34, CONSTRUTORA BRTEC LTDA - EPP - CNPJ: 13.493.236/0001-59 e MATRIX CONSTRUTORA LTDA - EPP - CNPJ: 18.920.924/0001-71, para declará-las HABILITADAS, para o referido certame. Informa, outrossim, que se manteve, também, a decisão de HABILITAÇÃO das empresas APN CONSTRUÇOES E SERVICOS EIRELI - CNPJ: 08.317.848/0001-50; B & N EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CNPJ:

24.263.536/0001-68; B2 CONSTRUÇOES EIRELI - CNPJ: 27.944.573/0001-20; FM SERVICOS LTDA - CNPJ: 24.658.568/0001-62; GERALDO BARACHO FILHO - CNPJ: 10.763.027/0001-90; e a decisão de INABILITAÇÃO das empresas AGRESTE CONSTRUTORA E COMERCIO LTDA - CNPJ: 12.072.392/0001-83; B & F EDIFICARE ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 29.842.086/0001-81; CARDOSO CONSTRUCAO E ENGENHARIA EIRELI - CNPJ: 27.082.033/0001-84; GHOS EMPREENDIMENTOS SLU LTDA - CNPJ: 39.682.451/0001-91; KANOVA ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA - CNPJ: 11.306.141/0001-53; SC CONSTRUÇOES EIRELI - CNPJ: 40.599.842/0001-26; SENA CONSTRUÇÕES EIRELI - ME - CNPJ: 22.759.235/0001-02. A decisão foi totalmente baseada no Parecer Jurídico que resultou da Assessoria Jurídica após análise do pedido. Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações. Comunica-se que, em não havendo interposição de recursos, a sessão pública para abertura dos envelopes Proposta de Preços será realizada no dia 24/09/2021, às 10:00 horas, no mesmo local da primeira reunião. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Manoel de Sousa Lima, 118 - Centro - Barra de Santa Rosa - PB, no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3376–1040. E-mail: pmbsr.pb2017@gmail.com.

Barra de Santa Rosa, 15 de Setembro de 2021.

JOSÉ DANIEL MARTINS SILVA

Presidente da Comissão

Publicado por:

José Daniel Martins Silva

Código Identificador:B0F5C7F3

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº. 095/2021

PORTARIA Nº. 095/2021

O Prefeito Constitucional do Município de Barra de Santa Rosa, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e no que couber a legislação suplementar, e

CONSIDERANDO, análise no requerimento de concessão de licença-prêmio da servidora pública municipal, Sra. MARIA DAS GRAÇAS COSTA, matrícula Nº 3009041, investida no cargo de PSICÓLOGA, com data de admissão em 18 de agosto de 1997, portaria nº 0332/1997,

CONSIDERANDO, PARECER JURÍDICO, que se posiciona pelo deferimento da Licença pleiteada, visto que a servidora preenche os requisitos necessários para concessão desse benefício, previsto no Art. 84 da Lei Municipal N. 004/1997 - Estatuto dos Servidores Municipais de Barra de Santa Rosa – PB,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE a MARIA DAS GRAÇAS COSTA, ocupante do Cargo de PSICÓLOGA, Matrícula Nº 3009041.

Art. 2º - A licença será remunerada, conforme prever o art. 84 do Estatuto do Servidor e terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, a ser gozada no período compreendido entre 01 de outubro de 2021 a 31 de março de 2022.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional.

Barra de Santa Rosa, em 15 de setembro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Andre Luiz Silva Batista

Código Identificador:9A0345D8

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDINO BATISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PORTARIA

PORTARIA Nº 108 / 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE BERNARDINO BATISTA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º: Nomear os seguintes membros para compor o Fórum Municipal de Educação do município de Bernardino Batista – PB, de acordo com o Art. 3º, da Portaria 103, de 21 de julho de 2021:

KARLA SAMARA ANDRADE DE SOUSA, representante da Secretaria Municipal de Educação;

AURINEIDE ALVES DA SILVA, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania;

ALINE CHAVES DE ANDRADE, representante da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente;

MARIA PATRICIA RIBEIRO, representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

MÁRCIA MARIA ESTRELA, representante do Conselho Municipal de Educação;

MÁRCIA MARIA PEREIRA, representante do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;

ELISANGELA DAMIANA DE JESUS, representante do Conselho Municipal da Alimentação Escolar

NIEDE BATISTA ALVES, representante dos gestores das escolas públicas municipais de Bernardino Batista;

MARIA ELIETE DA SILVA, representante da Câmara Municipal de Bernardino Batista – PB;

VERONICA DE ANDRADE DOS SANTOS, representante da Escola Estadual localizada no município de Bernardino Batista – PB.

Art. 2º: Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Publique-se.

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 01 DE SETEMBRO DE 2021.

ANTONIO ALDO ANDRADE DE SOUSA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Mateus Ribeiro Dantas

Código Identificador:48BC96EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DECRETO

DECRETO Nº 034 / 2021

Dispõe sobre os Conselhos Escolares no âmbito do Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BERNARDINO BATISTA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 206 da Constituição Federal e os arts. 3º, VIII e da 14 da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação e,

CONSIDERANDO a necessidade do fortalecimento da atuação dos Conselhos Escolares com vista à democratização da gestão e à melhoria da qualidade da educação;

CONSIDERANDO que a integração dos diversos segmentos da comunidade escolar representa ganhos de qualidade para o processo de ensino-aprendizagem;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de regulamentação da estrutura e funcionamento dos Conselhos Escolares,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Escolar é um órgão de natureza deliberativa, consultiva, fiscal, mobilizadora e executora, vinculado a cada unidade de ensino, cuja finalidade é efetivar a gestão democrática, na forma de colegiado, promovendo e apoiando a atuação articulada dos setores técnicos, pedagógicos e administrativos que compõem a unidade escolar, em consonância com as orientações da política educacional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a legislação nacional vigente.

Parágrafo Único: Os Conselhos Escolares constituirão as Unidades Executoras, representativas das escolas da rede pública de ensino, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, devidamente inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, responsáveis pelo recebimento e execução dos recursos financeiros alocados às escolas, transferidos por órgãos federais e estaduais, e por outras fontes, objetivando a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

Art. 2º Para o exercício das suas atividades, os Conselhos possuem as seguintes funções:

I – Deliberativa: quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas. Elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro;

II – Consultiva: quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares;

III – Fiscal (acompanhamento e avaliação): quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar;

IV – Mobilizadora: quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação;

V – Função Executora: para efeito de recebimento e movimentação dos recursos públicos financeiros destinados ao estabelecimento de ensino.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, COMPOSIÇÃO E COMPÊTÊNCIAS DO CONSELHO

Art. 3º O Conselho Escolar possui a seguinte estrutura de funcionamento:

I – Assembleia Geral;

II – Conselho Deliberativo.

Art. 4º A Assembleia Geral é constituída pela totalidade dos segmentos que compõem a comunidade escolar e é autônoma em suas deliberações, respeitada a legislação vigente.

§ 1º A Assembleia Geral Ordinária ocorrerá uma vez por semestre.

§ 2º A Assembleia Geral Extraordinária, sempre que necessária, será convocada, com no mínimo 10 dias de antecedência, pelo Diretor da Unidade Escolar, a quem caberá presidi-la.

§ 3º Respeitado o § 2º deste artigo, Assembleia Geral Extraordinária também poderá ser convocada pelo Presidente do Conselho Escolar ou por decisão da maioria do Conselho.

§ 4º As deliberações das Assembleias Gerais serão aprovadas por metade mais um dos componentes da comunidade escolar presentes.

§ 5º Entende-se como comunidade escolar, para efeito deste decreto, o conjunto dos segmentos de professores e especialistas do grupo magistério, servidores lotados ou servindo nas unidades escolares, estudantes matriculados e frequentes e seus respectivos pais ou responsáveis.

Art. 5º Compete à Assembleia Geral:

I – Deliberar sobre eleições, eleger os membros do Conselho Deliberativo, de acordo com a legislação em vigor;

II – Deliberar sobre mudanças no estatuto do Conselho escolar;

III – conhecer, discutir e aprovar a Programação Anual da Unidade Escolar e o Plano de Aplicação dos recursos financeiros por meio do Orçamento Democrático Escolar - OD Escolar;

IV – Avaliar anualmente os resultados do desempenho acadêmico da unidade escolar e o desempenho do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal.

Art. 6º O Conselho Deliberativo é a instância coordenadora das atividades do Conselho Escolar e será constituído pelos representantes dos segmentos dos docentes, servidores, pais ou responsáveis, estudantes e comunidades do entorno, respeitando-se o seguinte:

I – Os representantes dos docentes serão votados por professores lotados ou servindo na respectiva Unidade Escolar;

II – Os representantes dos servidores serão votados pelos servidores lotados ou servindo na respectiva Unidade Escolar;

III – Os representantes de pais ou responsáveis serão votados pelos demais pais e responsáveis;

IV – Os representantes dos alunos devem ter mais de 14 anos de idade na data do pleito;

V – Os representantes das comunidades do entorno devem fazer parte da área da comunidade onde está inserida a Unidade Escolar e serão indicados, preferencialmente, pelas associações de moradores;

§ 1º Nas hipóteses dos incisos III e IV do caput deste artigo, deve-se comprovar a matrícula e a frequência dos alunos.

§ 2º O Conselho Deliberativo terá na sua constituição uma Coordenação Executiva representada pelo diretor escolar e pelo presidente do conselho, com a finalidade de gerir os recursos financeiros.

§ 3º O Diretor ou Vice-Diretor da Escola são considerados membros natos do Conselho Escolar, não podendo, entretanto, acumular estas funções com a de Presidente do Colegiado. No seu impedimento ou ausência, o diretor será substituído pelo Vice-Diretor, seu representante legal.

§ 4º Caso exista, na Escola, mais de um vice-diretor, um deles deverá ser escolhido, observando-se os seguintes critérios: Ser portador de curso superior na área de educação; ser o mais antigo na função e ter disponibilidade para trabalhar pelo conselho.

§ 5º Nas unidades escolares classificadas como de pequeno porte e naquelas em que não houver vice-diretor, o substituto do diretor será um professor indicado pelo mesmo e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

§ 6º Logo após empossados, os membros do Conselho de Escola elegerão o Presidente e o Vice-Presidente deste colegiado, dentre seus integrantes pertencentes à carreira do magistério.

§ 7º Será de dois anos o mandato dos membros do Conselho, podendo ser reconduzidos, por igual período, uma única vez.

§ 8º Todas as funções da estrutura do conselho serão exercidas de forma voluntária e não remuneradas.

Art. 7º A vacância da função de Conselheiro dar-se-á por conclusão do mandato, renúncia, aposentadoria, morte, remoção, desligamento da unidade escolar, destituição do cargo em comissão, afastamento por doença ou conclusão de mandato.

§ 1º No caso de renúncia ou afastamento legal do Presidente e do Vice-presidente, o Conselho elegerá seus substitutos no prazo de trinta dias.

§ 2º Ocorrendo vaga da função de conselheiro, o Conselho promoverá a escolha de membro substituto, nos termos do disposto neste Decreto.

§ 3º Se o afastamento, de que trata o caput deste artigo, for superior a noventa dias, implicará em vacância do cargo.

Art. 8º Os mandatos dos conselheiros serão cassados, em caso de:

I – Decisão da assembleia Geral;

II – Penalidade aplicada em decorrência de procedimento administrativo disciplinar, no qual não caiba recurso.

Art. 9. É competência do Conselho Deliberativo:

I – Garantir a participação efetiva da comunidade na gestão da escola;

II – Exercer a supervisão geral no âmbito do estabelecimento;

III – propor medidas visando à eficiência, melhoria e otimização do processo de ensino e aprendizagem;

IV – Sugerir ações tendo em vista a integração escola-comunidade;

V – Participar da elaboração, acompanhar e avaliar a execução da proposta pedagógica do regimento escolar, e do plano de desenvolvimento da escola em consonância com a legislação vigente e diretrizes da secretaria municipal de educação e cultura;

VI – Participar da avaliação dos resultados alcançados no processo ensino aprendizagem e sugerir solução para sua melhoria;

VII – auxiliar a direção na gestão da escola, pronunciando-se sobre questões de natureza administrativa, disciplinar e pedagógica que lhes sejam submetidas, visando à melhoria dos serviços educacionais prestados;

VIII – acompanhar o cumprimento do calendário escolar anual;

IX – Oferecer sugestões a serem incorporadas ao plano anual de atividades da escola;

X – Acompanhar e autorizar a aplicação de todo e qualquer recurso financeiro destinado à escola, advindos de repasses descentralizados dos órgãos públicos, originários de doações, arrecadações ou de outras fontes;

XI – examinar e aprovar a programação anual, o relatório e as prestações de contas apresentadas pelos gestores financeiros, sugerindo alterações, se necessário, e emitir parecer;

XII – encaminhar, a quem de direito, as prestações de contas, com o respectivo parecer;

XIII – fiscalizar as ações e a movimentação financeira dos recursos financeiros da Comissão Executiva, emitindo pareceres para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

XIV – solicitar à comissão executiva sempre que se fizer necessário, esclarecimentos e documentos comprobatórios da receita e despesa;

XV – apontar à comissão executiva as irregularidades identificadas na aplicação dos recursos financeiros, sugerindo medidas que julgar necessárias;

XVI – sugerir e apoiar medidas de conservação do imóvel da escola, suas instalações, mobiliário e equipamentos;

XVII – registrar em livro próprio, suas reuniões, decisões e prestações de contas e publicar em local visível, preferencialmente, em murais acessíveis;

XVIII – divulgar, periódica e sistematicamente, as informações referentes ao uso dos recursos financeiros e das atividades realizadas pelo Conselho Deliberativo;

XIX – deliberar sobre as penalidades disciplinares a que estiverem sujeitos os alunos, de acordo com o disposto no Regimento Escolar;

XX – denunciar às autoridades competentes as ações e/ou os procedimentos inadequados que lhes cheguem ao conhecimento;

XXI – recorrer à Secretaria Municipal de Educação sobre questões que não se julgar apto a decidir, e não previstas no Regimento Escolar;

XXII – elaborar e aprovar o seu próprio estatuto, em consonância com as determinações deste Decreto e demais legislações em vigor;

XXIII – cumprir e fazer cumprir o Estatuto do Magistério Público do Município e outras normas referentes à educação;

XXIV – exercer outras competências correlatas.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 10. O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, quando convocada pelo seu Presidente ou por maioria simples dos seus membros. Parágrafo único. As reuniões do Conselho não são remuneradas.

Art. 11. Na ausência ou impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, responde pela Presidência do Conselho o integrante do Grupo Magistério, preferencialmente do quadro efetivo, membro do

Colegiado, com mais tempo de serviço na Escola ou, em caso de empate, o mais idoso.

Art. 12. O secretário da escola será também o secretário Executivo do Conselho.

§ 1º Na eventualidade de a Escola não contar com Secretário, o Conselho escolherá, entre seus representantes, excetuando-se o gestor escolar, um secretário *ad hoc* para desempenhar as funções previstas no art.18.

Art. 13. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples de votos.

Art. 14. Para participação nas reuniões e atividades relativas ao Conselho Escolar, devem ser observadas as seguintes orientações sobre a organização da carga horária:

I – o representante do segmento professor/especialista poderá computar uma hora da atividade complementar semanal prevista no PCR para fins de participação nas atividades do Conselho;

II – o representante do segmento funcionário terá horário de trabalho estruturado pelo gestor escolar de forma a atender as demandas de sua atribuição no colegiado e as suas atividades de rotina;

III – o representante do segmento estudante contará com o apoio docente para participação nas reuniões do Conselho escolar, quando necessário, com sua atuação articulada ao currículo escolar, sem prejuízo para sua aprendizagem.

CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS DOS MEMBROS DO COLEGIADO

Art. 15. Ao Presidente do Conselho, compete:

I – representar o Conselho;

II – presidir as reuniões do Colegiado;

III – convocar os membros do Conselho para as reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV – Conceder licença para o afastamento temporário de qualquer membro do Conselho por um período nunca superior a noventa dias;

V – Fazer a gestão, juntamente com o diretor escolar, dos recursos financeiros alocados à Unidade Executora, de acordo com a legislação vigente;

VI – Assinar conjuntamente com o Diretor Escolar da Unidade de Ensino cheques, recibos, demonstrativos financeiros;

VII – Responsabilizar-se, solidariamente com o diretor escolar, pelas prestações de contas dos recursos alocados à Unidade Executora, submetendo-as à apreciação do Conselho Deliberativo e apresentando-as no prazo previsto pela lei à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 16. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos.

Art. 17. Ao secretário Executivo compete:

I – Secretariar as reuniões do Colegiado;

II – Lavrar as atas das reuniões, registrando-as no Livro Ata, através de texto manuscrito ou digitado e colado, contendo em ambos os casos as assinaturas dos participantes no corpo da própria ata, sendo vedado constá-las em anexo dissociado da ata;

III – Manter organizada e arquivada a documentação do Conselho Deliberativo;

IV – Conservar o livro de atas em dia sem rasuras;

V – Exercer outras atribuições correlatas;

VI – Providenciar o registro da Ata no Cartório quando o caso requerer.

Parágrafo único. Ao se lavrar as atas, havendo escrita errada, indesejada ou dúbia, a correção deverá observar:

I - Se tiver espaço na ATA antes da assinatura dos participantes, suscita-se a ressalva (EM TEMPO ou DIGO) e corrige o necessário;

II - Caso não tenha espaço, pode-se fazer o adendo, seja na sequência das assinaturas seja numa outra folha, mas em qualquer dos casos será necessário coletar as assinaturas dos participantes.

Art. 18. Aos Membros do Conselho, compete:

I – Colaborar nas iniciativas dos Colegiados;

II – Apresentar sugestões, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem na escola;

III – participar das reuniões do Conselho;

IV – Fiscalizar as ações e a movimentação financeira dos recursos financeiros da Unidade Executora, emitindo pareceres para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

V – Examinar e aprovar a programação anual, o relatório e as prestações de contas, sugerindo alterações, se necessário, e emitir parecer;

VI – Solicitar à Comissão Executora, sempre que se fizer necessário, esclarecimentos e documentos comprobatórios da receita e despesa;

VII – Apontar ao Conselho Deliberativo as irregularidades identificadas na aplicação dos recursos financeiros, sugerindo medidas que julgar necessárias;

VIII – Exercer outras competências correlatas;

IX – Votar e ser votado;

CAPÍTULO V DA EXECUÇÃO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Art. 19. Os recursos financeiros depositados em contas bancárias das Unidades Executoras deverão ser movimentados em conformidade com o disposto no presente artigo.

§ 1º Os recursos financeiros mencionados no caput deste artigo deverão ser movimentados por meio eletrônico, inclusive, por meio de cartão magnético, ou, excepcionalmente, por meio de cheques nominais.

§ 2º Na hipótese de a movimentação dos recursos efetivar-se por meio eletrônico, inclusive, por meio de cartão magnético, fica autorizado ao Presidente ou ao diretor escolar a utilização desses meios de pagamento de forma individual e isolada, podendo realizar pagamentos, transferências, saques, emitir extratos, enfim, todas as operações financeiras necessárias à movimentação dos valores.

§ 3º Na hipótese de a movimentação efetivar-se por meio de cheques nominais, estes deverão ser assinados conjuntamente pelo Presidente e pelo diretor escolar da Unidade Executora.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. O Conselho Escolar só poderá ser dissolvido por assembleia Geral, com anuência da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Art. 21. As atividades do Conselho Escolar reger-se-ão pelo presente Decreto, pelos manuais operativos e pelas normas que emanarem da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos termos da legislação em vigor.

Art. 22. Secretaria Municipal de Educação e Cultura manterá na sua sede uma comissão de implementação, mobilização e fortalecimento dos conselhos escolares.

Art. 23. Secretaria Municipal de Educação e Cultura manterá acordo de cooperação com os Bancos conveniados, de modo a estabelecer procedimentos de abertura e manutenção das contas bancárias necessárias aos repasses de programas de descentralização financeira, contemplando a isenção do pagamento de tarifas, entre outros benefícios, por se tratar de execução de política pública de relevante interesse para o processo educacional.

Art. 24. É vedada a ingerência de partidos políticos e de sindicatos nas deliberações e atos do Conselho, sendo proibido, nas suas sessões, o proselitismo de qualquer espécie, bem como pronunciamentos político-partidários.

Art. 25. Em caso de dissolução do Conselho, todos os seus bens passarão a integrar o patrimônio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Bernardino Batista – PB;

Art. 26. Compete ao Secretário Municipal de Educação e Cultura de Bernardino Batista baixar as normas complementares a este Decreto, bem como supervisionar, coordenar e dirigir o processo de implementação e funcionamento dos Conselhos Escolares.

Art. 27. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional, Bernardino Batista/PB, em 15 de setembro de 2021.

ANTONIO ALDO ANDRADE DE SOUSA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Mateus Ribeiro Dantas
Código Identificador:81C723FE

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº.
004/2021

O Prefeito do Município de Boa Vista - PB, em de conformidade com a Lei nº. 8.666/93, suas alterações, Lei nº. 8.080/90 e 8142/90, Portarias nº. 358/2006, 648/2006 e 650/2006 do Ministério da Saúde, Resolução nº. 1613/2001-CFM e demais legislações aplicáveis, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, a realização de CHAMAMENTO PÚBLICO para de **CRENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA DA ÁREA DA SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES NO ATENDIMENTO A NÍVEL AMBULATORIAL EM CONSULTAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-PB, conforme especificações constantes do anexo I do edital**, o qual se encontra, na íntegra, à disposição de todos os interessados, na sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro, no horário das 07:00 as 11:00 h. Outras informações pelo Telefone (83) 3313-1100. Os interessados poderão inscrever-se para Credenciamento, a partir da data de 06 de OUTUBRO de 2021, no local supramencionado, sendo suas inscrições proporcionalmente adequadas ao período remanescente de vigência do Credenciamento.

Boa Vista - PB, 15 de Setembro de 2021.

ANDRÉ LUIZ GOMES DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Kézia Silmara Costa Farias
Código Identificador:E86946F6

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CACIMBA DE AREIA, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe as Leis de nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores e a Lei nº. 10.520/2002 resolve **HOMOLOGAR** a decisão do Pregoeiro, ao Processo Licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021**, objetivando a Locação de Carro compactador para o transporte de resíduos sólidos domiciliares até aterro sanitário, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia – PB, em favor das empresas: **MD/CENTRAL DE LOCAÇÃO/ MONACI MARQUES CENTRAL DE LOCAÇÃO - LTDA** CNPJ: 17.950.324/0001-93, com sede na Rua Projeta, S/N, Quadra 10, Lote 08, Bairro Vitória, Patos – PB, CEP: 58.7000-970, representada neste ato pelo Sr. **MONACI MARQUES DANTAS**, portador do CPF: 752.830.774-20 e RG: 1465800 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Galim Assis, Nº 107, Bairro Brasília, Cidade de Patos – PB, CEP: 58-700-000, venceu o certame por ter apresentado o menor preço mensal de **R\$ 14.900,00 (Quatorze Mil e Novecentos Reais)**, perfazendo o Valor Global de **R\$ 178.800,00 (Cento e Setenta e Oito Mil e Oitocentos Reais)**, conforme análise das propostas apresentada.

Cacimba de Areia– PB, 01 de setembro de 2021.

PAULO ROGÉRIO DE LIRA CAMPOS
Prefeito Constitucional

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:86BE57B4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA– PB, CNPJ: 08.874.984/0001-41 E A EMPRESA: **MD/CENTRAL DE LOCAÇÃO/ MONACI MARQUES CENTRAL DE LOCAÇÃO - LTDA** CNPJ: 17.950.324/0001-93.

OBJETO: Locação de Carro compactador para o transporte de resíduos sólidos domiciliares até aterro sanitário, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia – PB, conforme proposta de preço, tipo menor preço global, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo Pregão Presencial Nº. 03/2021.

Fundamento LEGAL: Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93 e do Decreto Federal nº 3.555/2000.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes dos serviços do objeto deste contrato correrão por conta dos recursos do orçamento do Município de Cacimba de Areia- PB, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: ORÇAMENTÁRIA: 02.050 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS – 15 452 3001 2030 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA – ELEMENTO DE DESPESA - 3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.**

VALOR MENSAL: R\$ 14.900,00 (Quatorze Mil e Novecentos Reais)

VALOR GLOBAL: R\$ 178.800,00 (Cento e Setenta e Oito Mil e Oitocentos Reais)

VIGÊNCIA: 01/09/2021 à 01/09/2022

DATA E ASSINATURA: Cacimba de Areia – PB, 01 de setembro de 2021, **PAULO ROGÉRIO DE LIRA CAMPOS**, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:CA93F730

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PORTARIA

PORTARIA Nº 16/2021

CACIMBA DE AREIA - PB, 15 DE SETEMBRO DE 2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA-PB, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS EMBASADO NO **ARTIGO 111, 112, 136 E SEQUINTE DA LEI MUNICIPAL Nº 103/1997 (ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CACIMBA DE AREIA - PB)**, E, CONSIDERANDO A LISTAGEM DE FUNCIONÁRIOS DESTE MUNICÍPIO COM ACUMULO DE CARGO PÚBLICO EM OUTROS ORGÃOS.

R E S O L V E:

Designar, comissão de Processo Administrativo Disciplinar, nesta ocasião, constituída pelos funcionários públicos do quadro permanente do Município de Cacimba de Areia - PB, com os seguintes membros: **RAQUEL DE LIRA CAMPOS**, enfermeira do quadro efetivo do Município de Cacimba de Areia - PB, inscrita no CPF nº 690.094.224-53 e RG nº 1232988 SSP/PB, matrícula nº 955, **WALÉRIA ASEVEDO NERY DE SOUZA**, fiscal de tributos municipais do Município de Cacimba de Areia, inscrita no CPF nº

074.011.494-86 e RG nº 7487664 SDS/PE, matrícula nº 407, e, **ANTONIO CARLOS DE LIRA CAMPOS**, advogado, inscrito no CPF nº 337.982.654-53 e RG nº 403243 SSP/PB, matrícula nº 3, para sob a presidência da segunda, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, objetivando apurar as irregularidades de acumulações indevidas de cargos públicos indicadas pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TCE/PB, devendo a comissão, agora composta, iniciar seus trabalhos imediatamente após a data da publicação da portaria de nomeação desta comissão, sendo que o Processo Administrativo Disciplinar tem o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado por igual período caso haja necessidade, a Comissão Processante tem poderes para proceder a qualquer diligência necessária para a instrução processual, inquirições de pessoas, requisição de profissionais técnicos especializados e peritos caso sejam necessários, sempre agindo baseado na ampla defesa e no devido processo legal, pelas infrações previstas na legislação municipal e art. 37, XVI da Constituição Federal de 1988. A Comissão Processante exercerá suas funções em sala própria na Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia - PB, local designado para funcionamento dos trabalhos, localizado à Rua Capitão Silvino Xavier, nº 88, Centro, Município de Cacimba de Areia – PB.

Pessoas a serem investigadas: **ALICE XAVIER BEZERRA; CALIANDRA SANTOS DE VASCONCELOS; MARIA MADALENA FERREIRA DA SILVA; INALDO MENDES VILAR NETO; ANNA ROSALIA DE VASCONCELOS MEDEIROS DA NÓBREGA; MARIA MARGARETE ANASTÁCIO XAVIER; FLORISVALDO ALVES FERREIRA; MARIA EGISLEUDA NOBEGA DA COSTA; HILDERLANIA SANTOS ALVES; KALINA LIGIDA DE OLIVEIRA ANRADE; RITA DE CASSIA RAMOS DE FRANCA BEZERRA; ALLAN DLLON CANDEIA DE MACEDO; HEMERSON CAMPOS MOREIRA; JOSE FABIO FERREIRA DA NOBREGA; KARHAN VITORINO DE ARAUJO; LUCICLEIDE DE SOUSA MENDONÇA; EVERTON SILVA CAMPOS; XIRLENE JUVINO DE SOUZA; LUCIANA ALVES FERREIRA; DAILANE DA NOBREGA CAMPOS BEZERRA; ANDRE ALMEIDA DE OLIVEIRA; CAROLINE CESAR MOTA VICTOR; CAMILA MARIA CARNEIRO CAMPOS; VIVIANE DOMINGOS DE ALMEIDA; RUY FERREIRA DA NOBREGA; AYLLA DANTAS DE SOUZA; GIZELIA SOARES MOTA; PEDRO CRUZ DE OLIVEIRA FILHO; ANA LUCIA DA SILVA; ROSINEIDE PEREIRA BARROS; BLAYNGNER DA SILVA TABOSA; JOSE TORRES GONCALVES; EMANUELA LUCIO NOBREGA DE SOUSA e JOCELIA LUIZA DO CARMO ALMEIDA.**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA, 15 DE SETEMBRO DE 2021.

PAULO ROGÉRIO DE LIRA CAMPOS

Prefeito Constitucional

Publicado por:

João Lopes de Sousa Neto

Código Identificador:A81C5D43

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PUBLIC AVO PP 019 2021**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00019/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Rio Branco, 231 - Centro - Caiçara - PB, às 15:00 horas do dia 23 de Setembro de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Contratação de empresas para o fornecimento de refeições para atender as necessidades das secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social do Município de Caiçara, sendo fornecidos na sede

do Município de Caiçaracomo tambémem João Pessoa os motoristas que dirigem os veículos da Secretaria de Saúde, conduzindo os pacientes que vão serem atendidos na Capital do Estado. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 7.892/13; Decreto Municipal nº 436/07; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.Telefone: (083) 3370 1200. E-mail: prefeituracaicara@gmail.com.Edital: Diário Famup; www.tce.pb.gov.br.

Caiçara - PB, 10 de Setembro de 2021

SEVERINO VIEIRA DE LIMA JÚNIOR

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

Severino Vieira de Lima Junior

Código Identificador:B06B557A

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PUBLIC ERRATA AO EDITAL DO PP 019 2021**

AVISO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00019/2021

O Pregoeiro Oficial comunica que no Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 00019/2021, onde se lê: "No ITEM 5.4 onde se lê: Recurso Própriosdo Municípiode Caiçara: FPM, ICMS, FUNDEB, SALÁRIO EDUCAÇÃO, FUS, FMS, FMAS E OUTRO. No ITEM 9.2.4 onde se lê: Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com indicação das páginas correspondentes do livro diário em que o mesmo se encontra, bem como apresentação dos competentes termos de abertura e encerramento, assinados por profissional habilitado e devidamente registrados na junta comercial competente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Tratando-se de empresa constituída há menos de um ano, ou aquela que ainda não tenha realizado o fechamento do seu primeiro ano de existência no prazo legal, poderá apresentar o Balaço de Abertura assinado por profissional habilitado e devidamente registrado na junta comercial competente."; leia-se: "**Leia-se: Recurso Própriosdo Municípiode Caiçara: FPM, ICMS, FUNDEB, SALÁRIO EDUCAÇÃO, FUS, FMS, FMAS, SAMU E OUTRO. Leia-se: Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com indicação das páginas correspondentes do livro diário em que o mesmo se encontra, bem como apresentação dos competentes termos de abertura e encerramento, assinados por profissional habilitado e devidamente registrados na junta comercial competente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Tratando-se de empresa constituída há menos de um ano, ou aquela que ainda não tenha realizado o fechamento do seu primeiro ano de existência no prazo legal, poderá apresentar o Balaço de Abertura assinado por profissional habilitado e devidamente registrado na junta comercial competente. Sendo ME, EPP ou MEI é dispensado de cumprir o referido ITEM.**". Maiores informações poderão ser obtidas junto a Gabinete do Prefeito, Avenida Rio Branco, 231 - Centro - Caiçara - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis.Telefone: (083) 3370 1200. E-mail: prefeituracaicara@gmail.com.

Caiçara - PB, 15 de Setembro de 2021

SEVERINO VIEIRA DE LIMA JÚNIOR

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

Severino Vieira de Lima Junior

Código Identificador:9C7BA00F

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 00046/2021 - TESTES COVID**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00046/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Nominando Firmo, 56 - Centro - Camalaú - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDOS ANTÍGENOS COVID IGG/IGM SWAB RÁPIDO. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 30 de Setembro de 2021. Início da fase de lances: 09:01 horas do dia 30 de Setembro de 2021. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 7.892/13; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 14:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 33021013. E-mail: cplcamalaulicita@gmail.com. Edital: www.camalau.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Camalaú - PB, 15 de Setembro de 2021

JEFERSON DOUGLAS DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

Jeferson Douglas da Silva

Código Identificador:C725EFAF

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ERRATA**

GABINETE DO PREFEITO

AVISO DE ERRATA

Pregão Presencial nº 0014/2021

Na publicação realizada neste Jornal, na página 26 do dia 10 de agosto de 2021 onde lê-se:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 01.094/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cattingueira-PB.

CONTRATADO: IRAMILTON SÁTIRO DA NÓBREGA; CNPJ Nº 10.954.450/0001-77

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração, lançamento nos sistemas oficiais e acompanhamentos dos projetos técnicos do município de Cattingueira.

VALOR GLOBAL R\$ R\$ R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL nº 014/2021

PRazo: 31 de dezembro de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 26 de julho de 2021.

SUÉLIO FÉLIX DE ALENCAR

Prefeito Municipal de Cattingueira -PB

Lê-se corretamente:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 01.094/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cattingueira-PB.

CONTRATADO: IRAMILTON SÁTIRO DA NÓBREGA; CNPJ Nº 10.954.450/0001-77

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração, lançamento nos sistemas oficiais e acompanhamentos dos projetos técnicos do município de Cattingueira.

VALOR GLOBAL R\$ R\$ R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL nº 014/2021

PRazo: 12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 26 de julho de 2021.

SUÉLIO FÉLIX DE ALENCAR

Prefeito Municipal de Cattingueira-PB

Publicado por:

Ionara Félix Tavares

Código Identificador:884BACBF

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE EMAS**

**AMANDA NUNES ALBINO
AVISO DO EDITAL LEILÃO Nº 001/2021**

AVISO DE EDITAL

Leilão nº 001/2021

O MUNICÍPIO DE EMAS - PB torna público para conhecimento dos interessados nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, que realizará licitação na modalidade Leilão (online e presencial tomando todas as medidas de distanciamento entre os participantes para evitar aglomerações, disponibilizando álcool em gel e máscaras para todos os participantes para evitar contaminação ou proliferação do vírus COVID-19) de bens móveis inservíveis, nº 001/2021 do tipo maior lance, que será realizado pelo Leiloeiro Oficial o Senhor José Gonçalves Abrantes Filho, JUCEP N.º 011/2015. O leilão será realizado no dia 04/10/2021 às 11:30 horas na Prefeitura Municipal. Maiores informações estarão disponíveis na sala da CPL no prédio sede da Prefeitura Municipal, com o Leiloeiro Oficial (83) 99828-7888 ou no site: www.abrantesleiloes.com.

Emas - PB, 15 de setembro de 2021.

ANA ALVES DE ARAUJO LOUREIRO

Prefeita Constitucional

Publicado por:

Amanda Nunes Albino

Código Identificador:679B0CEF

**AMANDA NUNES ALBINO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO**

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº.0004/2021

A Pregoeira oficial do município de EMAS torna público que o certame acima identificado, que estava suspenso, terá sua reabertura para o dia 17 de setembro de 2021, às 08hs:00min.

PREGÃO PRESENCIAL Nº.0004/2021,

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços visando elaboração e transmissão de GFIPS, DIRF, RAIS, GPS, DCTF, conforme termo de referência em anexo e edital. Informações na sala da CPL, informação no endereço Av. Vice-Prefeito João Kennedy Gomes Batista - 02 - Centro, 01, Emas/PB - Estado da Paraíba de 08hs:00min as 13hs:00min, E-mail: cplemas@gmail.com. Edital: <http://emas.pb.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes> ou www.tce.pb.gov.br.

EMAS - PB, 15 de setembro de 2021.

AMANDA NUNES ALBINO

Publicado por:

Amanda Nunes Albino

Código Identificador:2B30BDB6

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 196/2021 - PP034/2021**

Contratante: Prefeitura de Itaporanga – PB.

Contratada: NOVA VIA TECNOLOGIA E MOBILIDADE LTDA, CNPJ: 22.434.514/0001-98

Valor: R\$ 129.600,00 (cento e vinte e nove mil e seiscentos reais).

Objeto: Concessão de uso temporário de licença de software para Aplicativo de bloco Eletrônico para Auto de Infração de Trânsito com seus acessórios correspondentes e Sistema Web de Gestão, para atender as necessidades da SUPERINTENDÊNCIA ITAPORANGUENSE DE TRANSPORTES E TRÂNSITO – SITTRANS de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo de Referência.

Fundamento Legal: Pregão Presencial nº 00034/2021.

Dotação: Programas : 2008 Manutenção das Atividades da SITTRANS Elemento de Despesa: 3390.39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Vigência: até 15/09/2022.

Partes Contratantes: Divaldo Dantas (pela contratante) e o Sr. Raimundo Robenilson Furtado Nogueira, CPF: 990.000.673-91 (pela contratada).

Itaporanga - PB, 15 de Setembro de 2021

DIVALDO DANTAS

Prefeito

Publicado por:

Edmarineudson Rodrigues Pinto

Código Identificador:3E55F2EC

GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 197/2021 - PP036/2021

Contratante: Prefeitura de Itaporanga – PB.

Contratada: BIATIC ASSESSORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA, CNPJ: 27.197.452/0001-61.

Valor: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

Objeto: Contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação e Comunicação em Saúde (TICS) para prestar consultoria e/ou assessoria em manutenção, Educação Permanente em Saúde (EPS) e gerenciamento do Prontuário Eletrônico do Cidadão, e-SUS APS PEC. Esses sistemas de softwares devem ser utilizados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de ITAPORANGA–PB, conforme termo de referência.

Fundamento Legal: Pregão Presencial nº 00036/2021.

Dotação: Programas : 2053 Manutenção das Ações de Serviços Públicos de Saúde SUS – Bloco Atenção Primária 2047 Manutenção das Ações de Serviços Públicos de Saúde – Bloco Atenção Primária – RECURSOS Elemento de Despesa: 3390.39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

VIGÊNCIA: até 15/09/2022.

Partes Contratantes: Divaldo Dantas (pela contratante) e o Sr. Johny Venícios Carvalho Da Silva, CPF: 018.285.294-60 (pela contratada).

Itaporanga - PB, 15 de Setembro de 2021

DIVALDO DANTAS

Prefeito

Publicado por:

Edmarineudson Rodrigues Pinto

Código Identificador:60A3AA01

GABINETE DO PREFEITO

HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00030/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00030/2021, que objetiva: Contratação de horas, diárias e carradas (máquina e de veículos, especificado no termo de referência), para atender as demandas do município de Itaporanga, conforme termo de referência; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: Pessoa jurídica: Pessoa jurídica: BERNARDINO DE CARVALHO CAMARA NETO - CNPJ: 28.676.712/0001-44, com o valor total de 168.000,00 (cento e

sessenta e oito mil) pelos itens 1 e 5; Pessoa jurídica: PREMIUM PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - CNPJ: 16.782.879/0001-00, com o valor total de 160.000,00 (cento e sessenta mil) pelo item 2. Pessoa jurídica: NOBREGA CONSTRUÇOES EIRELI - CNPJ: 28.183.078/0001-08, com o valor total de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) pelos itens 3 e 4. Pessoa jurídica: CONSTRUTORA APODI EIRELI - CNPJ: 17.620.703/0001-15, com o valor total de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais) pelo item 6.

Notificação: Convocamos as empresas citadas acima para no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura do respectivo contrato, sob pena de incidência da cominação prevista no Art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. INFORMAÇÕES: na sede da CPL, Praça João Pessoa, 32 - Centro - Anexo a Prefeitura - Itaporanga - PB, no horário das 07:30 as 13:30 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3451-2383.

Itaporanga - PB, 15 de Setembro de 2021

DIVALDO DANTAS

Prefeito

Publicado por:

Edmarineudson Rodrigues Pinto

Código Identificador:B2D380F8

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

COMISSÃO DE PREGÃO AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021.133/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0008/2021

OBJETIVO: Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, para: **aquisição parcelada de medicamentos diversos e materiais e equipamentos de uso hospitalar e odontológico destinados as atividades da secretaria de saúde do município conforme termo de referência em anexo ao edital.**

ABERTURA: 30 de setembro de 2021 as 09:01 h.

INFORMAÇÕES: Na sala da CPL, que está funcionando provisoriamente no (Prédio da antiga Câmara Municipal) localizado a Rua Avelino Marques de Sousa nº 45, centro de 07 as 12:00h, ou no e-mail: diariopmm@gmail.com e sites <http://malta.pb.gov.br>; <http://www.tce.pb.gov.br>; www.portaldecompraspublicas.com.br.

FUNDAMENTO LEGAL: termos da lei nº 10.520-02, dos decretos nº 10.024-19, nº 7.746-12, 8.538-15, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Nº 8.666-93, nº 123/06 e 147/2014, e demais legislação.

Malta-PB, 15 de setembro de 2021

JOSÉLIA DOS SANTOS PEREIRA

Pregoeira

Publicado por:

Ricardo de Sousa Nascimento

Código Identificador:8B333107

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO RELATÓRIO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

RELATÓRIO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

EDITAL TOMADA DE PREÇOS nº 005/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2021.129/2021

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para execução dos serviços de obra para REFORMA DA CRECHE SALVELINA C. DE SOUSA, localizada no município de Malta-PB, conforme especificações no edital e seus anexos.

Preambulo

O presente Relatório é para proceder a análise e o julgamento da documentação de HABILITAÇÃO da licitação acima epígrafada, apresentada pelas empresas:

- 1 - FJ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS. EIRELI CNPJ Nº. 20.284.072/0001-15;
- 2 - GAMARRA CONSTRUTORA E LOCADORA, CNPJ Nº. 26.420.889/0001-50.

Em relação a análise da documentação apresentada a CPL emite o seguinte julgamento:

1 - FJ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS. EIRELI CNPJ Nº. 20.284.072/0001-15:

Atendeu a todos os itens do edital.

2 - GAMARRA CONSTRUTORA E LOCADORA, CNPJ Nº. 26.420.889/0001-50:

Não apresentou seguro garantia caução, item 5.1.4.5.

Analizados a documentação das licitantes, à luz das exigências editalícias na perspectiva da proporcionalidade e da razoabilidade, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, visando buscar a proposta mais vantajosa conforme dispõe o art. 3º da lei 8666/1993, regulamentada pelo o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal, e Acórdão 3192/2016, conforme Acórdão nº 557/2010 – Plenário. TCU, **decidiu** a Comissão Permanente de Licitação, e assessoria técnica:

HABILITAR AS EMPRESAS:

1 - FJ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS. EIRELI CNPJ Nº. 20.284.072/0001-15

INABILITAR AS EMPRESAS:

2 - GAMARRA CONSTRUTORA E LOCADORA, CNPJ Nº. 26.420.889/0001-50.

Nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93 fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos. A ata da reunião para julgamento da habilitação encontra-se à disposição dos interessados na sala da CPL. Não havendo interposição de recurso por nenhuma empresa participante do certame fica a sessão de abertura das propostas marcadas para o dia 24 de setembro de 2021 as 09:00 horas.

Malta –PB, 15 de setembro de 2021

JOSÉLIA DOS SANTOS PEREIRA

Presidente CPL/PMM

MARIA IRISMAR PEREIRA SOARES

Assessoria Técnica

Publicado por:

Ricardo de Sousa Nascimento

Código Identificador:9D75AAD4

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA

GABINETE DO PREFEITO **EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a reforma da escola Municipal de Ensino Fundamental Cônego José Vital Ribeiro Bessa. **FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de Licitação nº DV00012/2021. **DOTAÇÃO:** Recursos Próprios do Município de

Mataraca: 2008 – Manut. das Atividades do Ensino Fundamental; 3390.39 – Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica. **VIGÊNCIA:** até o final do exercício financeiro de 2021. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Mataraca e: CT Nº 00049/2021 - 15.09.21 - R F ENGENHARIA EIRELI - R\$ 55.088,98.

Publicado por:

Maria de Lourdes da Silva

Código Identificador:7AE203FB

GABINETE DO PREFEITO **HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE** **PREÇOS Nº 00002/2021**

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS
Nº 00002/2021

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00002/2021, que objetiva: Contratação de uma empresa especializada em construção civil para pavimentação na Rua Projetada 02, neste Município; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: B & F EDIFICARE ENGENHARIA LTDA - R\$ 211.007,92.

Mataraca - PB, 15 de Setembro de 2021

EGBERTO COUTINHO MADRUGA

Prefeito

Publicado por:

Maria de Lourdes da Silva

Código Identificador:34BD6B7D

GABINETE DO PREFEITO **CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR CONTRATO**

CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR CONTRATO

PROCESSO: Tomada de Preços nº 00002/2021. **OBJETO:** Contratação de uma empresa especializada em construção civil para pavimentação na Rua Projetada 02, neste Município. **NOTIFICAÇÃO:** Convocamos a seguinte empresa para no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura do respectivo contrato, sob pena de incidência da cominação prevista no Art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores: B & F Edificare Engenharia Ltda - CNPJ 29.842.086/0001-81. **INFORMAÇÕES:** na sede da CPL, Rua Daniel Toscano, 28 - Centro - Mataraca - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3297-1130.

Mataraca - PB, 15 de Setembro de 2021

MARIA DE LOURDES DA SILVA

Presidente da Comissão

Publicado por:

Maria de Lourdes da Silva

Código Identificador:6DB2C2CF

GABINETE DO PREFEITO **HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE** **PREÇOS Nº 00003/2021**

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE
PREÇOS Nº 00003/2021

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00003/2021, que objetiva: Contratação de empresa especializada em construção civil para pavimentação em estradas vicinais na zona rural deste Município; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: B & F EDIFICARE ENGENHARIA LTDA - R\$ 499.401,15.

Mataraca - PB, 15 de Setembro de 2021

EGBERTO COUTINHO MADRUGA

Prefeito

Publicado por:

Maria de Lourdes da Silva

Código Identificador:2B1D6BF7

**GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR CONTRATO**

CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR CONTRATO

PROCESSO: Tomada de Preços nº 00003/2021. OBJETO: Contratação de empresa especializada em construção civil para pavimentação em estradas vicinais na zona rural deste Município. NOTIFICAÇÃO: Convocamos a seguinte empresa para no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura do respectivo contrato, sob pena de incidência da cominação prevista no Art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores: B & F Edificare Engenharia Ltda - CNPJ 29.842.086/0001-81. INFORMAÇÕES: na sede da CPL, Rua Daniel Toscano, 28 - Centro - Mataraca - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3297-1130.

Mataraca - PB, 15 de Setembro de 2021

MARIA DE LOURDES DA SILVA

Presidente da Comissão

Publicado por:

Maria de Lourdes da Silva

Código Identificador:A81690B7

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO DE RECISÃO UNILATERAL**

EXTRATO DE TERMO DE RECISÃO UNILATERAL DE PARTE DO CONTRATO Nº 00022/2021 DE 06.04.2021

OBJETO: Fica rescindido unilateralmente, parte do contrato, especificamente quanto aos itens 69, 70 e 71 da proposta de preços, referentes aos postes de 5, 6,e 7 metros, tendo em vista descumprimento de cláusula contratual, inobstante reclamações da administração contratante, em que o ente público ficou prejudicado pela inoperância e inexecução do serviço contratado, que sequer chegou a ser iniciado, já que não forneceu os bens licitados.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 02.09.2021.

PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Mataraca e: CENTER LED MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI.

Publicado por:

Maria de Lourdes da Silva

Código Identificador:7ACE1A1D

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente do Conselho Municipal de Educação-CME deste município de Mataraca, convida a todos os membros nomeados titulares do Conselho Municipal de Educação, para participar da QUARTA reunião ordinária, que ocorrerá no dia, local e horário abaixo especificados:

Dia: 04 de outubro 2021 (segunda-feira)

Horário: 13:30 horas

Local: Centro Cultural João Madruga da Silva.

OBJETIVO: Apresentação do início das aulas, dando cumprimento ao protocolo de Retorno.

CONSELHEIROS TITULARES:

Francisco José Correia Dias de Araújo

João Bessa Neto

Durce Helena Santos do Nascimento Arakaki

Vitória Santos Correia

Gilvânia Fernandes Pinheiro

Débora Regina Cardoso da Silva

João Cavalcante da Cruz

Edna Ferreira de Lima

Armando José dos Santos

CONVIDAMOS TAMBEM:

**Paulo de Tarso Corrêa Dias de Araújo - Secretário de Educação
Marcia Gomes do Nascimento - Coordenadora Geral do Município**

Germana Viana da Conceição Regis - Diretora Praça

Anatália Maria Nascimento da Silva - Diretora Infantil

Suzana Fernandes Ienar Dias de Araújo - Diretora Barra

Ana Maria Ribeiro de Carvalho - Diretora Uruba

Poliana Adélia de Loiola - Diretora Ladeira

Maria Ivone Rodrigues do Nascimento - Diretora Ridete

Edneide Ferreira de Lima - Diretora Creche

Mataraca/PB, 09 de setembro de 2021.

JOÃO CAVALCANTE DA CRUZ

Presidente do Conselho

Publicado por:

Gabriela Layse do Nascimento Bezerra

Código Identificador:31B3A60D

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE HOREBE**

**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 032/2021 - DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE
NOVAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS E EMERGENCIAIS DE
PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS
(COVID-19).**

DECRETO Nº 032/2021 DE 16 DE SETEMBRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE NOVAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS E EMERGENCIAIS DE PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE HOREBE, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições legais que lhe conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO os estudos científicos e avaliações mais atualizadas sobre a disseminação e os efeitos da pandemia do COVID 19, por meio do resultado de estudos divulgados em 26/03/2020, pelo *Imperial College of London*, que apresentou os números previstos para os desfechos da pandemia em todos os países, nos cenários sem intervenção, com mitigação, e com supressão;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 40.304/2020, de 12 de junho de 2020, que adotou o Plano Novo Normal Paraíba, com recomendações a todos os municípios paraibanos, conforme classificação em quatro estágios a serem denominados por bandeiras nas cores vermelho, laranja, amarelo e verde, que correspondem a diferentes graus de restrição de serviços e atividades, sendo a bandeira amarela a indicada para este Município, que se caracteriza pelo nível de mobilidade reduzida;

CONSIDERANDO a necessidade de se criar mecanismos eficazes para prevenção e combate à disseminação da referida doença e que há alternativas que permitem a prevenção e combate à disseminação do vírus, de forma a garantir um mínimo equilíbrio social e econômico;

CONSIDERANDO que o poder público tem a obrigação de buscar medidas equilibradas de proteção dos indivíduos, em todos os aspectos, proteção social e econômica;

CONSIDERANDO a possibilidade de conscientização da população para cooperação ampla na adoção das medidas de biossegurança a serem praticadas por toda a sociedade;

CONSIDERANDO que é dever do governo municipal garantir as políticas públicas de saúde em prevenção e redução de riscos de doenças e agravamentos nos moldes do art. 196, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o compromisso da sociedade em seguir todas as medidas de segurança para prevenção e combate à referida doença, bem como a grande oportunidade de evolução na consciência coletiva em relação às medidas de higiene coletiva e individual, algo que até então não tinha muita importância para grande maioria da população brasileira;

CONSIDERANDO que o Governador do Estado, através do decreto 41.323/2021, adotou novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção do contágio pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que, segundo a 32ª avaliação realizada pelo Plano Novo Normal Paraíba, divulgada no dia 23 de agosto do corrente ano, o Município de Monte Horebe/PB encontra-se sob a bandeira amarela;

CONSIDERANDO que a transmissibilidade da COVID-19 aumenta sensivelmente em ambientes fechados com mais de 10 (dez) pessoas, ou mesmo em ambientes abertos com aglomeração;

DECRETA:

Art. 1º No período compreendido entre **16 de setembro de 2021 a 30 de setembro de 2021**, os bares, restaurantes, lanchonetes, lojas de conveniência e estabelecimentos similares poderão funcionar com atendimento nas suas dependências das 06:00 horas até 22:00 horas, com ocupação de 50% da capacidade do local, ficando **vedada**, antes e depois desse horário, a comercialização de qualquer produto para consumo no próprio estabelecimento, cujo funcionamento poderá ocorrer apenas através de delivery ou para retirada pelos próprios clientes (*takeaway*).

§ 1º O horário de funcionamento estabelecido no *caput* deste artigo não se aplica a restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres que funcionem no interior de hotéis, pousadas e similares, desde que os serviços sejam prestados exclusivamente aos hóspedes com a devida comprovação dessa condição.

§ 2º O horário de funcionamento estabelecido no *caput* deste artigo não se aplica a restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres que funcionem no interior de rodoviárias, postos de combustíveis localizados nas rodovias, sendo **vedada** a comercialização de bebidas alcoólicas após 22:00 horas.

Art. 2º No período compreendido entre **16 de setembro de 2021 a 30 de setembro de 2021**, os estabelecimentos do setor de serviços e o comércio poderão funcionar até dez horas contínuas por dia, sem aglomeração de pessoas nas suas dependências e observando todas as normas de distanciamento social e os protocolos específicos do setor.

Parágrafo único. Dentro do horário determinado no *caput*, os estabelecimentos e as entidades representativas de classe poderão estabelecer horários diferenciados, de modo a permitir que os seus empregados possam começar e encerrar a jornada em horários diferentes e alternados, com o objetivo de reduzir a aglomeração no transporte público.

Art. 3º No período compreendido entre **16 de setembro de 2021 a 30 de setembro de 2021**, a construção civil somente poderá funcionar das 07:00 horas até 17:00 horas, sem aglomeração de pessoas nas suas dependências e observando todas as normas de distanciamento social e os protocolos específicos do setor.

Art. 4º Poderão funcionar também, no período compreendido entre **16 de setembro de 2021 a 30 de setembro de 2021** observando todos os

protocolos elaborados pelas Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, as seguintes atividades:

- I** - salões de beleza, barbearias e demais estabelecimentos de serviços pessoais, atendendo exclusivamente por agendamento prévio e sem aglomeração de pessoas nas suas dependências, observando-se todas as normas de distanciamento social e o horário estabelecido no art. 2º;
- II** - instalações de acolhimento de crianças, como creches e similares;
- III** - hotéis, pousadas e similares;
- IV** - *call centers*, observadas as disposições constantes no decreto 40.141, de 26 de março de 2020;
- V** - indústria;
- VI** - escolinhas esportivas;
- VII** - feira livre, com espaçamento ampliado, com vistas a um maior distanciamento entre as bancas, a fim de que se evitem aglomerações.
- VIII** - academias, com 50% da capacidade.

Art. 5º No período compreendido entre **16 de setembro de 2021 a 30 de setembro de 2021**, fica estabelecido que a realização de missas, cultos e quaisquer cerimônias religiosas presenciais poderão ocorrer com ocupação de 50% da capacidade do local, observadas todas as medidas de segurança.

Art. 6º Cabem à Vigilância Sanitária do Município e à Polícia Militar do Estado a fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas nesse decreto, sendo que o descumprimento sujeitará o estabelecimento à aplicação de multa, podendo, ainda, implicar na interdição do estabelecimento.

Parágrafo único. Os recursos oriundos das multas aplicadas em razão do disposto no *caput* serão destinados às medidas de combate ao novo coronavírus (COVID-19).

Art. 7º Os estabelecimentos autorizados a funcionar, nos termos deste Decreto, deverão zelar pela obediência a todas as medidas sanitárias estabelecidas para o funcionamento seguro da respectiva atividade.

§ 1º Constatada qualquer infração ao disposto no *caput* deste artigo, será o estabelecimento notificado e multado, podendo ser interditado por até 07 (sete) dias em caso de reincidência.

§ 2º Em caso de nova reincidência, será ampliado para 14 (catorze) dias o prazo de interdição do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação de multa, na forma deste artigo.

§ 3º O descumprimento às normas sanitárias de proteção contra a COVID-19 ensejará a aplicação de multa no valor de até R\$ 500,00 (quinhentos reais) e, em caso de reincidência, R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

§ 4º Todos os órgãos responsáveis pela fiscalização, enumerados no art. 6º, poderão aplicar as penalidades tratadas neste artigo.

§ 5º O disposto neste artigo não afasta a responsabilização civil e a criminal, nos termos do art. 268, do Código Penal, que prevê como crime contra a saúde pública o ato de infringir determinação do Poder Público destinada a impedir a introdução ou propagação de doença contagiosa.

Art. 8º Fica mantida a suspensão do retorno das aulas presenciais nas escolas da rede pública, em todo o território municipal, até ulterior deliberação, devendo manter o ensino remoto, garantindo-se o acesso universal, nos termos do decreto 41.010, de fevereiro de 2021.

Art. 9º Permanece **obrigatório**, em todo o território municipal, o uso de máscaras, mesmo que artesanais, nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população, vias públicas, no interior dos órgãos públicos, nos estabelecimentos privados e nos veículos públicos e particulares, inclusive ônibus e táxis.

Parágrafo único. Os órgãos públicos, os estabelecimentos privados e os condutores e operadores de veículos ficam **obrigados** a exigir o uso de máscaras pelos seus servidores, empregados, colaboradores, consumidores, usuários e passageiros.

Art. 10. No período compreendido entre **16 de setembro de 2021 a 30 de setembro de 2021**, fica **permitido** o funcionamento de teatros e circos, com 50% da capacidade total, bem como autorizados eventos sociais e corporativos, igualmente com 50% da capacidade, desde que observados todos os protocolos elaborados pelos órgãos de saúde.

Art. 11. Novas medidas poderão ser adotadas a qualquer momento em função do cenário epidemiológico do Município.

Art. 12. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Monte Horebe/PB, em 16 de setembro de 2021.

MARCOS ERON NOGUEIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdir Manuel da Silva
Código Identificador:D5069322

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEDOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2021

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua Ananias dos Anjos, 41 - Centro - Olivedos - PB, às 08:00 horas do dia 01 de Outubro de 2021, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa de engenharia, especializada para construção de uma CRECHE TIPO A – 05 SALAS padrão FNDE, cujas especificações estão descritas nos projetos executivos de arquitetura e de engenharia, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro que são peças técnicas integrantes e indissociáveis do presente Termo, as especificações técnicas de engenharia esta disponível no TERMO DE REFERENCIA que faz parte integral deste edital. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 991052133. E-mail: molivedos@gmail.com. Edital: www.olivedos.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br.

Olivedos - PB, 15 de Setembro de 2021

ALIXANDRE ASSIS RAMOS

Presidente da Comissão

Publicado por:
Christyan Gonçalves Aníbal
Código Identificador:C35C5F5E

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 043, DE 31 DE AGOSTO DE 2021

Ementa: Dispõe sobre a atualização da Planta Genérica de Valores, Topografia Imobiliária e Cadastro de contribuintes do Município de Ouro Velho/PB e dá outras providências.

O Exmo. Sr. Prefeito de Ouro Velho/PB, Ilmo. **Augusto Santa Cruz Valadares**, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, *resolve*:

CONSIDERANDO que existe necessidade na atualização imediata das plantas genéricas de valores, topografia imobiliária e cadastro municipal de tributos de Ouro Velho/PB;

CONSIDERANDO que existe previsão legal no atual Código Tributário Municipal;

DECRETA

Art. 1º - Fica determinada a Secretaria Municipal de Finanças, imediatamente, realizar a atualização imobiliária da planta genérica de

valores, topografia imobiliária e cadastro de tributos, com a devida baixa imobiliária já no ano de 2021.

Art. 2º - Na aplicação da regra determinada no artigo acima, seja utilizado os índices financeiros legais previstos em legislação pátria, devidamente atualizados, e em consonância com o art. 48, inciso I, alínea “a” e “b” (imóvel não edificado), inciso II, alínea “a” e “b” (imóvel edificado), e às formulas previstas no inciso III e IV, da Lei Municipal Complementar nº 002, de 23 de dezembro de 2013.

Art. 3º - Observem-se todos os termos por funções de propriedade e valores unitários, devidamente atualizados, e em consonância com os artigos 49 e 50 da Lei Municipal Complementar nº 002, de 23 de dezembro de 2013.

Art. 4º – Revogadas as disposições em contrário a esse Decreto.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se; Publique-se; Comunique-se; Registre-se; Arquive-se.

Ouro Velho/PB, em 31 de agosto de 2021.

AUGUSTO SANTA CRUZ VALADARES

Prefeito Municipal de Ouro Velho/PB

Publicado por:
Vanderlania de Lucena Gouveia
Código Identificador:7D590223

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ

IPSEP
PORTARIA Nº 039/2021-IPSEP.

O **DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PICUÍ-IPSEP/PB**, usando de suas atribuições legais, conferidas pelas disposições contidas na Lei Municipal nº 1.264/2006, especificamente o disposto no art. 48, inciso X, e na Constituição Federal, com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais nº 20/98, 41/03 e 47/05;

RESOLVE:

Art. 1º *RETIFICAR A PORTARIA Nº 020/2021 – IPSEP, de 28 de Abril de 2021, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 31/05/2021, que passará a ter a seguinte redação:*

Art.2º - Conceder **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com proventos integrais ao tempo de contribuição, a servidora pública **MARIA EDLEUZA DOS SANTOS SILVA**, matrícula 174, ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços**, lotada na **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto**, em conformidade ao estabelecido pelo **art. 6º incisos, I,II,III,IV da Emenda Constitucional 41/03**, com os proventos integrais calculados com base na última remuneração.

Art.3º - Retificar a data da Portaria Nº 020/2021 para a data de 28/05/2021, por erro de digitação.

Art.- 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de Maio de 2021.

Registre-se.
Dê-se Ciência.
Publique-se.

Picuí/PB, em 15 de Setembro de 2021

PAULO SILVA LIRA
Diretor Presidente

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:1B2925AE

IPSEP
PORTARIA Nº 041/2021-IPSEP.

O **DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PICUÍ-IPSEP/PB**, usando de suas atribuições legais, conferidas pelas disposições contidas na Lei Municipal nº 1.264/2006, especificamente o disposto no art. 48, inciso X, e na Constituição Federal, com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais nº 20/98, 41/03 e 47/05;

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR A PORTARIA Nº 023/2021 – IPSEP, de 04 de Junho de 2021, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 07/06/2021, que passará a ter a seguinte redação:

Art.2º - Conceder **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com proventos integrais, ao servidor público **ATEMARIO GOMES DOS SANTOS**, matrícula **017** ocupante do cargo de **Advogado**, lotada na **Secretaria Municipal de Administração**, em conformidade ao estabelecido pelo **art. 6º incisos, I,II,III,IV da Emenda Constitucional 41/03**, com os proventos integrais calculados com base na última remuneração. .

Art.3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de Junho de 2021.

Registre-se.
Dê-se Ciência.
Publique-se.

Picuí/PB, em 15 de Setembro de 2021

PAULO SILVA LIRA
Diretor Presidente

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:4CD7D195

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 454/2021

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008,

CONSIDERANDO as disposições do art. 77 da Lei Complementar Municipal nº 001/2008 que reza que “*após cada período de 12 (doze) meses de exercício o servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias*”;

CONSIDERANDO que a **posse** do (a) servidor (a) ocorreu em **04 de agosto de 2014** e que entrou em **exercício no cargo em 06 de agosto de 2014**, a cada dia 06 de agosto de cada ano ocorre a conclusão do período aquisitivo de férias do (a) servidor (a), iniciando a partir de tal data o direito ao gozo das férias;

CONSIDERANDO que o (a) servidor (a) requereu as férias relativas ao **período aquisitivo 2020/2021**, que se completou em **06 de agosto de 2021**;

CONSIDERANDO a manifestação favorável do (a) Secretário (a) da Pasta onde está lotado (a) o (a) servidor (a), exercendo o juízo discricionário, considerando a prejudicialidade dos serviços na repartição;

Considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 559/2021** da Procuradoria Jurídica do Município.

RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor **EMANUEL GILSON DANTAS**, matrícula nº 0066223, Orientador Educacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, relativas ao período de 2020/2021, nos termos do Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis de Picuí, contados a partir de 01/10/2021 a 15/10/2021.

Picuí-PB, 15 de setembro de 2021.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS
Secretário de Administração

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:6A655010

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 455/2021

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008,

CONSIDERANDO as disposições do art. 77 da Lei Complementar Municipal nº 001/2008 que reza que “*após cada período de 12 (doze) meses de exercício o servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias*”;

CONSIDERANDO que a **posse** do (a) servidor (a) ocorreu em **22 de junho de 2020** e que entrou em **exercício no cargo em 01 de julho de 2020**, a cada dia 01 de julho de cada ano ocorre a conclusão do período aquisitivo de férias do (a) servidor (a), iniciando a partir de tal data o direito ao gozo das férias;

CONSIDERANDO que o (a) servidor (a) requereu as férias relativas ao **período aquisitivo 2020/2021**, que se completou em **01 de julho de 2021**;

CONSIDERANDO a manifestação favorável do (a) Secretário (a) da Pasta onde está lotado (a) o (a) servidor (a), exercendo o juízo discricionário, considerando a prejudicialidade dos serviços na repartição;

Considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 563/2021** da Procuradoria Jurídica do Município.

RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor **VINÍCIUS TOMÉ DANTAS**, matrícula nº 2017523, Agente de Segurança, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, relativas ao período de 2020/2021, nos termos do Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis de Picuí, contados a partir de 17/09/2021 a 01/10/2021.

Picuí-PB, 15 de setembro de 2021.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS
Secretário de Administração

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:B9499710

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 456/2021

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008,

CONSIDERANDO as disposições do art. 77 da Lei Complementar Municipal nº 001/2008 que reza que “*após cada período de 12 (doze) meses de exercício o servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias*”;

CONSIDERANDO que a **posse** do (a) servidor (a) ocorreu em **15 de maio de 1997** e que entrou em **exercício no cargo em 15 de maio de 1997**, a cada dia 15 de maio de cada ano ocorre a conclusão do

período aquisitivo de férias do (a) servidor (a), iniciando a partir de tal data o direito ao gozo das férias;

CONSIDERANDO que o (a) servidor (a) requereu as férias relativas ao **período aquisitivo 2020/2021**, que se completou em **15 de maio de 2021**;

CONSIDERANDO a manifestação favorável do (a) Secretário (a) da Pasta onde está lotado (a) o (a) servidor (a), exercendo o juízo discricionário, considerando a prejudicialidade dos serviços na repartição;

Considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 557/2021** da Procuradoria Jurídica do Município.

R E S O L V E:

Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora **FRANCISCA SANTIAGO BEZERRA**, matrícula nº 0000386, Auxiliar Administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Administração, relativas ao período de 2020/2021, nos termos do Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis de Picuí, contados os efeitos retroativos a partir de 13/09/2021 a 12/10/2021.

Picuí-PB, 15 de setembro de 2021.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS
Secretário de Administração

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:6D4D709C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 457/2021

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008,

CONSIDERANDO as disposições do art. 77 da Lei Complementar Municipal nº 001/2008 que reza que “*após cada período de 12 (doze) meses de exercício o servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias*”;

CONSIDERANDO que a **posse** do (a) servidor (a) ocorreu em **28 de março de 1995** e que entrou em **exercício no cargo em 28 de março de 1995**, a cada dia 28 de março de cada ano ocorre a conclusão do período aquisitivo de férias do (a) servidor (a), iniciando a partir de tal data o direito ao gozo das férias;

CONSIDERANDO que o (a) servidor (a) requereu as férias relativas ao **período aquisitivo 2019/2020**, que se completou em **28 de março de 2020**;

CONSIDERANDO a manifestação favorável do (a) Secretário (a) da Pasta onde está lotado (a) o (a) servidor (a), exercendo o juízo discricionário, considerando a prejudicialidade dos serviços na repartição;

Considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 565/2021** da Procuradoria Jurídica do Município.

R E S O L V E:

Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora **MARILENE DOS SANTOS OLIVEIRA**, matrícula nº 0000461, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, relativas ao período de 2019/2020, nos termos do Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis de Picuí, contados a partir de 27/09/2021 a 26/10/2021.

Picuí-PB, 15 de setembro de 2021.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS
Secretário de Administração

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:3901DCC9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 458/2021

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008,

CONSIDERANDO as disposições do art. 77 da Lei Complementar Municipal nº 001/2008 que reza que “*após cada período de 12 (doze) meses de exercício o servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias*”;

CONSIDERANDO que a **posse** do (a) servidor (a) ocorreu em **19 de junho de 2000** e que entrou em **exercício no cargo em 19 de junho de 2000**, a cada dia 19 de junho de cada ano ocorre a conclusão do período aquisitivo de férias do (a) servidor (a), iniciando a partir de tal data o direito ao gozo das férias;

CONSIDERANDO que o (a) servidor (a) requereu as férias relativas ao **período aquisitivo 2019/2020**, que se completou em **19 de junho de 2020**;

CONSIDERANDO a manifestação favorável do (a) Secretário (a) da Pasta onde está lotado (a) o (a) servidor (a), exercendo o juízo discricionário, considerando a prejudicialidade dos serviços na repartição;

Considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 564/2021** da Procuradoria Jurídica do Município.

R E S O L V E:

Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora **LAUDIMÁRIA DE FÁTIMA SOUTO DANTAS**, matrícula nº 0000729, Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, relativas ao período de 2019/2020, nos termos do Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis de Picuí, contados a partir de 20/09/2021 a 19/10/2021.

Picuí-PB, 15 de setembro de 2021.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS
Secretário de Administração

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:8C9B4ED2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 459/2021

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008,

CONSIDERANDO as disposições do art. 77 da Lei Complementar Municipal nº 001/2008 que reza que “*após cada período de 12 (doze) meses de exercício o servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias*”;

CONSIDERANDO que a **posse** do (a) servidor (a) ocorreu em **19 de junho de 2000** e que entrou em **exercício no cargo em 19 de junho de 2000**, a cada dia 19 de junho de cada ano ocorre a conclusão do período aquisitivo de férias do (a) servidor (a), iniciando a partir de tal data o direito ao gozo das férias;

CONSIDERANDO que o (a) servidor (a) requereu as férias relativas ao **período aquisitivo 2020/2021**, que se completou em **19 de junho de 2021**;

CONSIDERANDO a manifestação favorável do (a) Secretário (a) da Pasta onde está lotado (a) o (a) servidor (a), exercendo o juízo discricionário, considerando a prejudicialidade dos serviços na repartição;

Considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 561/2021** da Procuradoria Jurídica do Município.

R E S O L V E:

Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora **MARIA DAS VITÓRIAS DOS SANTOS SILVA**, matrícula nº 0000706, Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, relativas ao período de 2020/2021, nos termos do Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis de Picuí, contados os efeitos retroativos a partir de 13/09/2021 a 12/10/2021.

Picuí-PB, 15 de setembro de 2021.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS

Secretário de Administração

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:2EEF695D

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 460/2021**

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008,

CONSIDERANDO as disposições do art. 77 da Lei Complementar Municipal nº 001/2008 que reza que “*após cada período de 12 (doze) meses de exercício o servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias*”;

CONSIDERANDO que a **posse** do (a) servidor (a) ocorreu em **15 de março de 2017** e que entrou em **exercício no cargo em 15 de março de 2017**, a cada dia 15 de março de cada ano ocorre a conclusão do período aquisitivo de férias do (a) servidor (a), iniciando a partir de tal data o direito ao gozo das férias;

CONSIDERANDO que o (a) servidor (a) requereu as férias relativas ao **período aquisitivo 2020/2021**, que se completou em **15 de março de 2021**;

CONSIDERANDO a manifestação favorável do (a) Secretário (a) da Pasta onde está lotado (a) o (a) servidor (a), exercendo o juízo discricionário, considerando a prejudicialidade dos serviços na repartição;

Considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 562/2021** da Procuradoria Jurídica do Município.

R E S O L V E:

Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora **IARA SOARES BOLCONTE**, matrícula nº 2017078, Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, relativas ao período de 2020/2021, nos termos do Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis de Picuí, contados a partir de 27/09/2021 a 26/10/2021.

Picuí-PB, 15 de setembro de 2021.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS

Secretário de Administração

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:16652719

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 461/2021**

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008,

CONSIDERANDO as disposições do art. 77 da Lei Complementar Municipal nº 001/2008 que reza que “*após cada período de 12 (doze) meses de exercício o servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias*”;

CONSIDERANDO que a **posse** do (a) servidor (a) ocorreu em **03 de março de 2020** e que entrou em **exercício no cargo em 03 de março de 2020**, a cada dia 03 de março de cada ano ocorre a conclusão do período aquisitivo de férias do (a) servidor (a), iniciando a partir de tal data o direito ao gozo das férias;

CONSIDERANDO que o (a) servidor (a) requereu as férias relativas ao **período aquisitivo 2020/2021**, que se completou em **03 de março de 2021**;

CONSIDERANDO a manifestação favorável do (a) Secretário (a) da Pasta onde está lotado (a) o (a) servidor (a), exercendo o juízo discricionário, considerando a prejudicialidade dos serviços na repartição;

Considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 566/2021** da Procuradoria Jurídica do Município.

R E S O L V E:

Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora **LUANA MAYARA DA COSTA SILVA**, matrícula nº 2017486, Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativas ao período de 2020/2021, nos termos do Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis de Picuí, contados a partir de 04/10/2021 a 02/11/2021.

Picuí-PB, 15 de setembro de 2021.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS

Secretário de Administração

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:B0B93363

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 462/2021**

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008.

R E S O L V E:

Deferir o pedido de afastamento por casamento por 08 (oito) dias à servidora **ROSILENE DOS SANTOS FONSECA**, matrícula nº 2017172, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, contados os efeitos retroativos a partir de 09/09/2021 a 16/09/2021.

Picuí-PB, 15 de setembro de 2021.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS

Secretário de Administração

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:9FE260BC

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 463/2021**

Os Secretários Municipais de Administração e Educação, Cultura e Desporto, no uso das atribuições conferidas pelo § 2º do Art. 34 da Lei Complementar nº 02, de 23 de maio de 2008 e considerando o **Parecer PMP/PJM/Nº 573/2021** da Procuradoria Jurídica do Município.

R E S O L V E M:

Conceder Progressão Funcional Vertical à servidora **RIVÂNIA SOUZA FERNANDES**, matrícula nº 0066239, ocupante do cargo de Professor Polivalente, Referência II, Classe B, passando esta a ocupar a Referência III, Classe B, do cargo de Professor Polivalente, nos

termos do Art. 34, caput, da Lei Complementar nº 02/2008, de 23/05/2008.

Picuí (PB), 15 de setembro de 2021.

JEAN RONNIE DE A. DANTAS

Secretário de Administração

MARIA DA GUIA LUCENA

Secretária de Educação, Cultura e Desporto.

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:B89EB0EE

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº
029/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL** torna público para conhecimento dos interessados nos termos da Lei 10.520/02 e disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei complementar nº 123/2006, bem como toda legislação correlata, que realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, do tipo menor preço por item, em sessão pública na página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br/, no dia **29 de setembro de 2021 às 08h00min**. Objetivo: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALAR. Mais informações e aquisição do edital completo no <https://www.pombal.pb.gov.br/pregao-eletronico/>; www.portaldecompraspublicas.com.br/ ou no Departamento de Licitações situada na Praça Mons. Valeriano Pereira, 15, 1º andar, Centro, Pombal-PB, CEP.: 58.840-000, no horário das 07h:00min às 11h:00min e 13h:00min às 17h:00min, pelo fone: (83) 3431-2204 ramal: 205 ou pelo e-mail: licitacao@pombal.pb.gov.br.

Pombal, 15 de setembro de 2021.

ERISTON DE ABRANTES PONTES

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

Eriston de Abrantes Pontes

Código Identificador:1E848338

GABINETE
EXTRATO DE ADITIVO (SUPRESSÃO)

Pombal-PB, 14 de Setembro de 2021.

ADITIVO 005

CONTRATO Nº 179/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E DIVERSOS

CONTRATADO: PHARMAPLUS LTDA

CNPJ SOB O Nº 03.817.043/0001-52

VALOR DA SUPRESSÃO: R\$ 12.460,00 (Doze Mil e Quatrocentos e Sessenta Reais)

VALOR TOTAL DO CONTRATO ATUALIZADO: R\$ 160.816,40 (Cento e Sessenta Mil Oitocentos e Dezesesseis Reais e Quarenta Centavos).

JUSTIFICATIVA: § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme termo aditivo.

Publicado por:

Thalita Livia Melo Barbosa

Código Identificador:C4BBC0A2

GABINETE
EXTRATO DE ADITIVO (SUPRESSÃO)

Pombal-PB, 10 de setembro de 2021.

ADITIVO 001

CONTRATO Nº 221/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR.

CONTRATADO: **NNMED DISTRIBUICAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MEDICAMENTOS LTDA**

CNPJ SOB O Nº **15.218.561/0001-39**

VALOR DA SUPRESSÃO: R\$ 141.075,00 (Cento e Quarenta e Um Mil e Setenta e Cinco Reais)

VALOR TOTAL DO CONTRATO ATUALIZADO: R\$ 187.315,20 (Cento e Oitenta e Sete Mil, Trezentos e Quinze Reais e Vinte Centavos)

JUSTIFICATIVA: Inciso II, § 2º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme termo aditivo.

Publicado por:

Thalita Livia Melo Barbosa

Código Identificador:3C8D69DA

GABINETE
PORTARIA GP/PMP Nº 302/2021

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE POMBAL, no exercício das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o processo de escolha dos novos membros do CMDDCA ocorrido em 2020, para o biênio 2020/2022, referentes aos eleitos pela sociedade civil representada e os escolhidos pelo Poder Público Municipal para o referido biênio, consoante dispõe o Ofício CMDDCA nº 017/2020;

CONSIDERANDO, ainda o teor do Ofício CMAS nº 029/2021, de 03 de setembro de 2021, em que comunica a mudança na composição do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em face da alteração de diversos membros representantes dos segmentos ali indicados, havendo a necessidade de atualização na composição do referido conselho;

RESOLVE:

Art. 1º. FICA ATUALIZADA, por este ato, a composição do **Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDDCA**, do município de Pombal-PB, nomeados através da Portaria GP/PMP nº 090/2020, com mandato iniciado em 06/03/2020, seguindo até 05/03/2022, passando a composição conforme os nomes abaixo relacionados, regularmente indicados pelo governo municipal e pela sociedade civil:

I – CONSELHEIROS INDICADOS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

GABINETE DO PREFEITO

Titular: Cristiane Ferreira Medeiros de Almeida

Suplente: Mayane Rislany Fernandes de Sousa

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Titular: Maria Francelly Soares Bento

Suplente: Fabiana Vilar Formiga

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Marcílio Andrade Alves

Suplente: João Pereira de Sales

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Jessika Yasmine de Lacerda Nóbrega

Suplente: Luciana Linhares de Melo

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Titular: Aline Cristina de Araújo Florentino Silva

Suplente: João Paulo Galdino Formiga de Medeiros

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Titular: Diego Trigueiro Nobre

Suplente: Djonierison José Felix de França

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

Titular: Pedro Rocha Moura
Suplente: Tiago dos Santos Farias

II – CONSELHEIROS INDICADOS PELA SOCIEDADE CIVIL:

PASTORAL DA CRIANÇA

Titular: Rozália Almeida Leite
Suplente: Auidaira Zudileide de Souto Lima

ASSOCIAÇÃO VIDA NOVA DOS REMIDOS NO SENHOR

Titular: Maria do Socorro Ferreira de Sousa
Suplente: Sandra Regina de Oliveira Lúcio

C-HUMANO

Titular: Tiago Elias da Silva
Suplente: Damião Pereira Ribeiro

ROTARY CLUB DE POMBAL

Titular: Roberto Jefferson Severo
Suplente: João Lima da Silva

SASEMP

Titular: Alessandro da Silva Fernandes
Suplente: Lúcia de Fátima Souza Fernandes

CEMAR

Titular: Juceli de Sousa Almeida
Suplente: Vanessa Kelly de Oliveira Vieira

IGREJA EVANGELICA CONGREGACIONAL

Titular: Edney de Lacerda Porfírio
Suplente: Maria Lenice Fernandes Freitas

Art 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, cujos efeitos serão retroativos a 03 de setembro de 2021.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Pombal, Estado da Paraíba, em 14 de setembro de 2021.

ABMAEL DE SOUSA LACERDA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Fernanda Priscila de Souza Bandeira

Código Identificador:1FAC91A3

GABINETE PORTARIA GP/PMP Nº 301/2021

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE POMBAL, Estado da Paraíba, no uso das atribuições Legais, que lhe são conferidas pelo art. 23 inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e **CONSIDERANDO** pedido de reintegração constante do Processo Administrativo nº 1190/2021 e a existência de previsão legal, consoante o disposto no art. 32 da Lei Municipal nº 717/91 e alterações posteriores;

CONSIDERANDO, os termos do parecer da PGM emitido nos autos acima mencionados, em que impõe, como condição prévia para reintegração de servidor, a revogação do ato exoneratório, provocado por motivo de conveniência e oportunidade da administração, conforme bem delineado no citado parecer;

R E S O L V E:

Art. 1º -REVOGAR, em todos os seus termos, a **Portaria GP/PMP nº 271/2021** e os efeitos dela decorrentes, que exonerou, a pedido, o médico especialista Psiquiatra **ALISSON BARRETO FERNANDES**, dos quadros de servidores efetivos deste município, face a prevalência do interesse público, motivadora da decisão.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Constitucional do Município de Pombal, Estado da Paraíba, em 14 de setembro de 2021.

ABMAEL DE SOUSA LACERDA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Fernanda Priscila de Souza Bandeira

Código Identificador:3EEE2086

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

GABINETE DO PREFEITO LEI Nº 267/2021

Institui o Programa “Conecta Professor Santa Cecília” que disponibiliza Notebooks, com o objetivo de mitigar os efeitos na educação pública do Município de Santa Cecília-PB, da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.

O Prefeito do Município de Santa Cecília, Estado da Paraíba, através dos poderes conferidos pela Lei Orgânica Municipal, combinados com o inciso X, do art. 37, da Constituição Federal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Programa “Conecta Professor Santa Cecília”, com o objetivo de prover os profissionais da educação do Município de Santa Cecília – PB, de meios necessários para o planejamento e realização das atividades pedagógicas vinculadas aos conteúdos curriculares, de modo a permitir a integralização da carga horária mínima dos anos letivos afetados pela pandemia do novo coronavírus.

Parágrafo único. O Programa de que trata esta Lei deverá, ainda, apoiar as ações relacionadas ao ensino remoto e a gestão escolar, bem como favorecer a inclusão tecnológica dos profissionais da educação e o uso da tecnologia como aliada no processo de ensino e aprendizagem, presencial ou remoto.

Art. 2º O Programa será desenvolvido por ação conjunta do Município de Santa Cecília com a sua Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Parágrafo único. A Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município deverá implementar iniciativas de formação continuada, destinadas aos profissionais de educação da Rede Municipal de Ensino, para o uso de tecnologias nas atividades laborais.

Art. 3º Para os fins do Programa “Conecta Professor Santa Cecília”, o Prefeito do Município de Santa Cecília – PB fica autorizado a:

I - destinar recursos financeiros à compra de Notebooks para os professores da rede municipal de ensino, com a finalidade voltada primordialmente ao planejamento e à realização de atividades pedagógicas, vinculadas aos conteúdos curriculares, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação; e

II – ceder os Notebooks em comodato, mediante termo de responsabilidade, assinado individualmente por cada professor da rede municipal de ensino, a fim de que os utilize como instrumento de trabalho.

§1º Para os fins desta lei, estão englobados no conceito de professor, para o recebimento do Notebook, os de vínculo efetivo ou precário com a Administração Municipal.

§2º Cada professor receberá apenas 01 (um) Notebook.

Art. 4º O professor que se recusar a assinar o termo de responsabilidade e de receber o Notebook, por razões de foro íntimo, poderá utilizar os disponibilizados pela escola como material de apoio pedagógico de uso comum, de utilização estritamente limitada às atividades desenvolvidas no ambiente escolar.

Art. 5º Em hipótese alguma a propriedade do Notebook será transferida ao professor, independentemente do tempo em que estiver em sua posse.

Art. 6º O professor terá a posse do Notebook por tempo indeterminado, até quando durar suas atividades.

§1º Nos casos do professor que possui vínculo precário com a Administração Municipal, o Notebook será devolvido ao término do seu contrato, quando cessada suas atividades, sem prejuízo de outra cessão caso haja nova contratação.

§2º Em qualquer hipótese, poderá ser o Notebook devolvido a critério da Administração Municipal.

Art. 7º A exoneração do professor, cessão ou licença para trato de interesse particular ou para acompanhar o cônjuge, ensejará a imediata devolução do equipamento adquirido.

§ 1º A devolução prevista neste artigo não se aplicará nos casos em que o servidor possua duplo vínculo com a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município e o afastamento se dê apenas em relação a um deles.

§ 2º Poderá disciplinado, por meio de decreto, o procedimento em relação a outras licenças e afastamentos legalmente previstos, não mencionados *nocaput*.

Art. 8º A disponibilização do Notebook ao professor ficará condicionada à assinatura do Termo de Responsabilidade, instrumento previsto no art. 3º, II desta Lei, que constará as regras de sua utilização, sendo indispensáveis as seguintes cláusulas:

I - Qualificação das partes;

II - Identificação do equipamento cedido em comodato, que será tratado como bem infungível vinculado ao professor;

III - Devolução do Notebook quando cessadas as atividades do professor ou a critério da Administração Municipal, bem como, nas hipóteses previstas nesta Lei;

IV - Intransferibilidade da propriedade do Notebook ao professor, independentemente do tempo em que estiver sobre posse;

V - Obrigações do professor de conservar, como se seu fosse, o Notebook dado em comodato, nos termos da Lei;

VI - Vedação da venda ou cessão a qualquer título do equipamento adquirido.

Art. 9º Em caso de furto, roubo ou extravio, deverá o professor apresentar, no prazo de 03 (três) dias, boletim de ocorrência policial à diretoria escolar.

Parágrafo único. Nos casos descritos no “caput” deste artigo, o professor responsável não receberá outro equipamento, devendo utilizar os Notebooks disponibilizados na escola como material de apoio pedagógico de uso comum, de utilização estritamente limitada às atividades desenvolvidas no ambiente escolar.

Art. 10. O Professor deverá zelar pela guarda do Notebook e sua correta utilização, sob pena de incorrer nas penalidades administrativas, civis e penais pertinentes, sem prejuízo de arcar com as perdas e danos.

§1º A Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município manterá estrutura de apoio para manutenção e substituição dos equipamentos que eventualmente venham a apresentar quebra ou defeitos.

§2º O uso inadequado causando quebra e inutilidade do Notebook, por responsabilidade do professor, impede a cessão de novo equipamento.

Art. 11. Decreto Municipal disporá sobre especificidades não contidas nesta lei para a execução do Programa instituído.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cecília-PB, 15 de setembro de 2021.

JOSÉ MARCÍLIO FARIAS DA SILVA

Prefeito do Município de Santa Cecília- PB

Publicado por:

Jose Maria Guedes do Nascimento

Código Identificador:BC189BC8

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 269/2021

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA. Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme as disposições dos artigos 40, 41, inciso II, 42 e 43, § 1º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; pela Lei nº 258, de 21 de dezembro de 2020 e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento do Município de 2021, um Crédito Adicional Especial no valor de **R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais)**, o qual obedecerá a seguinte classificação orçamentária:

02.009 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15 452 0008 2017 Manutenção das Atividades da Sec. de Infraestrutura

1510 Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União

3390.39 99 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
..... R\$ 148.000,00

TOTAL..... R\$ 148.00000

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito especial de que trata o art. 1º, serão provenientes de **ANULAÇÃO** parcial da seguinte dotação orçamentária:

02.009 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15 452 0008 1009 Construção e Reforma de Praças e Logradouros Públicos

1510 Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União

000161 4490.51 99 Obras e Instalações
..... R\$ 148.000,00

TOTAL..... R\$ 148.00000

Art. 3º Fica ainda o Poder Executivo, se necessário, autorizado a suplementar por Decreto, nos termos da lei, até o limite estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Santa Cecília/PB, 15 de setembro de 2021.

JOSÉ MARCÍLIO FARIAS DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Jose Maria Guedes do Nascimento

Código Identificador:B8F4EFED

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DOS GARROTES

SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DOS GARROTES/PB TOMADA DE PREÇO Nº 0002/2018

OBJETO: Execução dos serviços de construção de uma Praça de Eventos, situada no terreno com área de 2.122,51 m², localizado na Avenida Arnaldo Leite, s/n, Centro no município de Santana dos Garrotes/PB, assegurado pelo convenio (contrato de repasse - proposta nº 1037009-89/2016 - Ministério do Turismo e PMSG), observadas as condições e especificações estabelecidas, dentro dos prazos e normas da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores.

RECURSOS – Orçamento próprio/programas/ (contrato de repasse - proposta nº 1037009-89/2016 - Ministério do Turismo e PMSG) e PMSG. UNIDADE ORÇAMENTARIA: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA; ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 4490.51 Obras e Instalações.

CONTRATADO: DESTAK CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME, CNPJ: 22.436.855/0001-00, situado a Rua Dona Peta Feitosa, 460, Bairro: Aldeota, Brejo Santo-CE, CEP: 63.260-000.

VALOR: R\$ 1.007.105,19 (Hum milhão sete mil cento e cinco reais e dezenove centavos), incluindo contra partida do município, caso haja, conforme contrato anexo ao processo, já acrescido do valor aditivado de **R\$ 27.248,61 (Vinte e sete mil duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e um centavos),** portanto, aproximadamente **2,78% (dois vírgula setenta e oito por cento).**
DATA DA VIGENCIA: 16/12/2021.

Publicado por:
Robson Marcos Delfino Laurêncio
Código Identificador:A3D1AE41

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 055/2021

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00055/2021
Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00055/2021, que objetiva: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO VAN NOVO/ZERO QUILOMETRO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: MAIS TRUCK COMERCIO DE CAMINHOS LTDA - R\$ 255.000,00.

São Francisco - PB, 15 de Setembro de 2021

GERÔNIO SUCUPIRA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Francisco Lopes de Lima
Código Identificador:CA95D5C2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 00297/2021

EXTRATO DE CONTRATO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS SIMPLES, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO COM EMISSÃO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART DE FISCALIZAÇÃO, EMISSÃO DE BOLETINS DE MEDIÇÃO, PARECERES, LAUDOS, ALIMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SISTEMAS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00046/2021. DOTAÇÃO: ORÇAMENTO 2021 – 02.11 SEC. DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CONVÊNIOS – 04.122.2003.2067 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SEC. DE PLAN. E GESTÃO DE CONVENIOS – 3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA.. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São Francisco e: CT Nº 00297/2021 - 23.08.21 - FREITAS SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA - R\$ 24.000,00.

Publicado por:
Francisco Lopes de Lima
Código Identificador:74983E4B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DOS CONTRATOS DO PREGÃO ELETRÔNICO 011/2021

EXTRATO DE CONTRATOS
OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA MERENDA DOS ALUNOS DA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00011/2021. DOTAÇÃO: Orçamento 2021.02.07 SECRETARIA

DE EDUCAÇÃO – 12.122.2003.2008 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO; 12.361.1006.2014 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL; 12.361.1006.2073 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ENS. FUNDAMENTAL; 12.361.1006.2074 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – MAIS EDUCAÇÃO; 12.365.1006.2021 MANUTENÇÃO DAS CRECHES; 12.365.1006.2070 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CRECHE; 12.365.1006.2071 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PRÉ-ESCOLA; 12.365.1006.2081 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL; 12.365.1006.2104 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – APOIO AS CRECHES; 12.365.1006.2108 MANUT. DA EDU. INFANTIL – APOIO A CRECHES – BRASIL CARINHOSO; 12.366.1006.2015 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO; 3.3.90.32.01 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 1120000.00 Transferências do FUNDEB 60% 1130000.00 Transferências do FUNDEB 40% 1240000.00 Outras Transferências de Recursos do FNDE 1220000.00 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escola. 1110000.00 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação.. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São Francisco e: CT Nº 00322/2021 - 15.09.21 - DEUSIMAR MENDES DE SOUSA - R\$ 69.990,00; CT Nº 00323/2021 - 15.09.21 - EUGENIO PACHELLI SILVA DE OLIVEIRA - R\$ 15.590,00; CT Nº 00324/2021 - 15.09.21 - THIAGO GOMES BARBOSA COMÉRCIO - R\$ 52.525,00

Publicado por:
Francisco Lopes de Lima
Código Identificador:6E0D38D0

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE ARQUIVAMENTO - REF. PROC. LICIT. Nº 101/2021

REF. PROC. LICIT. nº 101/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2021

OBJETO: Registro de preços para possível aquisição de patrulha mecanizada: Raspadeira (scraper) R1 1.700, Máquina picadeira ensiladeira – colhedora de forragens e carreta agrícola

TERMO DE ARQUIVAMENTO

CONSIDERANDO, que os preços propostos para os itens objeto desta licitação, bem como os lances ofertados pelas empresas licitantes foram muito acima dos preços de referência;

CONSIDERANDO, ainda, a previsão do item editalício nº 8.2: Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

CONSIDERANDO, por fim, ter sido a mesma FRACASSADA;

Decide a Prefeita Municipal do Município de São José do Brejo do Cruz/ PB determinar o ARQUIVAMENTO do presente processo licitatório.

Publique-se.

São José do Brejo do Cruz/ PB, 15 de setembro de 2021.

ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Genilda Saraiva de Andrade
Código Identificador:13C4B30E

**GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DE Nº 158, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021.**

Portaria de nº 158, de 13 de setembro de 2021.

A **Prefeita Municipal de São José do Brejo do Cruz**, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais,
Considerando as disposições da Lei Municipal de nº 258, de 10 de junho de 2015,
Considerando as indicações recebidas das entidades com representação no Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESOLVE:

Art. 1º Nomear membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, representantes de entidades, conforme indicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Francilene Maria da Silva (Titular)
Tatiana Reges Dantas (Suplente)
Maria do Socorro Araújo (Dida) (Titular)
Maria do Céu Guimarães (Suplente)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

Luciana Cândido da Silva (Titular)
Sabino Dantas de Oliveira (Suplente)

SECRETARIA DE SAÚDE:

Hingrid Wana Saraiva de Oliveira (Titular)
Maria do Socorro dos Santos (Suplente)

SINDICADO DOS TRABALHADORES RURAIS:

Ivanilda de Sousa Fernandes (Titular)
Rogéria da Silva (Suplente)

IGREJA CATÓLICA:

Denise Saraiva Lopes (Titular)
Ítalo Ramon Oliveira Lopes (Suplente)

IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS PARA AS NAÇÕES:

Silvana dos Santos Araújo (Titular)
Ályson Carlos Bezerra Mendes (Suplente)

REPRESENTANTES DOS ADOLESCENTES:

Francisca Julianny Santos Estevão (Titular)
Ana Isa Gomes da Silva Oliveira (Suplente)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

**Prefeitura Municipal de São José do Brejo do Cruz-PB
Gabinete da Prefeita, em 13 de setembro de 2021.**

ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eliane Saraiva Cardoso Dantas
Código Identificador:E1A58488

**GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 159/2021.**

Portaria nº 159/2021.

A **Prefeita Municipal de São José do Brejo do Cruz**, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais,
Considerando as disposições da Lei nº 354/2019, de 22 de janeiro de 2019;
Considerando as indicações recebidas das entidades com representação no Conselho Municipal do Direito do Idoso.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal do Direito do Idoso, representantes de entidades, conforme indicação.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Maria Aparecida Saraiva da Silva (Titular)
Francilany Araújo Linhares (Suplente)
SECRETARIA DE SAÚDE:
Silvana dos Santos Araújo (Titular)
Mirian Lira de Sá Cavalcante (suplente)
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO:
José Maria dos Santos Gomes (Titular)
Annetilha Priscila Da Silva Lino (Suplente)
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS:
Rogéria da Silva (Titular)
Ivanilda de Sousa Fernandes (Suplente)
IGREJA CATÓLICA:
Denise Saraiva Lopes (Titular)
Ítalo Ramon Oliveira Lopes (Suplente)
REPRESENTANTES DOS IDOSOS:
Maria de Lourdes Teixeira (Titular)
Francisco Xavier de Oliveira (Suplente)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Pref. Mun. de São José do Brejo do Cruz/PB.

Gabinete da Prefeita, 13 de setembro de 2021.

ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eliane Saraiva Cardoso Dantas
Código Identificador:A245F347

**GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DE Nº 157, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021**

Portaria de nº 157, de 13 de setembro de 2021.

A **Prefeita Municipal de São José do Brejo do Cruz**, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais,
Considerando as disposições da Lei Municipal de nº 258, de 10 de junho de 2015;
Considerando as disposições da Lei Municipal de nº 354, de 22 de janeiro de 2019,
Considerando o dever de renovação do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente – CMDCA e do Adolescente e do Conselho Municipal do Direito do Idoso.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar todos os membros do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente e do Conselho Municipal do Direito do Idoso.

Art. 2º Determinar que a Secretaria Municipal de Assistência Social promova os procedimentos de praxe.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de São José do Brejo do Cruz-PB

Gabinete da Prefeita, em 13 de setembro de 2021.

ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Eliane Saraiva Cardoso Dantas
Código Identificador:11005C25

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ**

**GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.398/2021 SAPÉ, 13 DE SETEMBRO DE 2021. AUTOR:
VEREADOR ALEXANDRE KENNEDY DE ARAÚJO
CAVALCANTI**

INSTITUI O RECONHECIMENTO DO CARÁTER EDUCACIONAL E FORMATIVO DA CAPOEIRA EM SUAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E ESPORTIVAS E PERMITE A CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS PARA O SEU ENSINO NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, PÚBLICOS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 68, da Lei Orgânica do Município de Sapé, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É reconhecido o caráter educacional e formativo da atividade de capoeira em suas manifestações culturais e esportivas.

Art. 2º - Fica instituído no âmbito da Administração Pública Municipal, o ensino da capoeira nas escolas da rede municipal.

Art. 3º - Os estabelecimentos de educação básica públicos, poderão celebrar parcerias com pessoas físicas, associações, ligas e federações ou outras entidades que representem e congreguem mestres e demais profissionais de capoeira, nos termos desta Lei.

§ 1º - O ensino da capoeira deverá ser integrado à proposta pedagógica da escola, de forma a promover o desenvolvimento cultural dois alunos.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sapé, em 13 de setembro de 2021.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS

Prefeito

Publicado por:

Ozineide Ferreira de Souza

Código Identificador:3F6EDF44

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.399/2021 SAPÉ, 13 DE SETEMBRO DE 2021. AUTOR: VEREADOR ALEXANDRE KENNEDY DE ARAÚJO CAVALCANTI

DISPÕE SOBRE O LIVRE ACESSO DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM EM VISITAS AOS SEUS FAMILIARES, INTERNOS EM HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICAS, E PRIVADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 68, da Lei Orgânica do Município de Sapé, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica assegurado aos profissionais da enfermagem, munidos de identificação profissional, o livre acesso aos seus familiares, internos nos estabelecimentos de saúde de Sapé, em horários diferentes dos reservados às visitas.

Paragrafo Único – A garantia da visita fora dos horários regulares visa assegurar ao profissional da área da enfermagem o direito de contribuir com o m acompanhamento ao familiar interno, tendo em vista a impossibilidade de cumprimento da agenda hospitalar, considerando o seu regime profissional de plantão.

Art. 2º - Durante a visita realizada pelo profissional de enfermagem ao paciente interno também será assegurado acesso ao prontuário médico e às outras informações que possam contribuir para o respectivo acompanhamento.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sapé, em 13 de setembro de 2021.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS

Prefeito

Publicado por:

Ozineide Ferreira de Souza

Código Identificador:487F8A14

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 467/2021. SAPÉ, EM 13 DE SETEMBRO DE 2021.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, inciso XI c/c o art. 88, inciso I, todos da Lei Orgânica do Município de Sapé.

R E S O L V E

Designar o servidor **GEORGE ALAN DO REGO SANTOS**, matrícula nº 2123416, Auditor de Controle Interno, para responder pelo cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico Especializado, símbolo CAAS-03. Lotado na Procuradoria Geral do Município.

Gabinete do Prefeito, em 13 de setembro de 2021.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS

Prefeito

Publicado por:

Ozineide Ferreira de Souza

Código Identificador:CB9EF657

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 468/2021. SAPÉ, EM 13 DE SETEMBRO DE 2021.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, inciso XI c/c o art. 88, inciso I, todos da Lei Orgânica do Município de Sapé, tendo em vista o que consta o Protocolo nº 1.326/2021.

R E S O L V E

Exonerar a pedido o servidor **NICASSIO ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA**, matrícula nº 2021719, do cargo de provimento efetivo de Servente de Obras. Lotado na Secretaria de Desenvolvimento Social. Os efeitos desta portaria retroagem a 30 de agosto de 2021.

Gabinete do Prefeito, em 13 de setembro de 2021.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS

Prefeito

Publicado por:

Ozineide Ferreira de Souza

Código Identificador:472AC517

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 469/2021. SAPÉ, EM 13 DE SETEMBRO DE 2021.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, inciso XI c/c o art. 88, inciso I, todos da Lei Orgânica do Município de Sapé, tendo em vista o que consta o Protocolo nº 1.396/2021.

R E S O L V E

Tornar sem efeito a Portaria nº 385/2021, de 10 de junho de 2021.

Gabinete do Prefeito, em 13 de setembro de 2021.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS

Prefeito

Publicado por:

Ozineide Ferreira de Souza

Código Identificador:B2F94AE6

GABINETE DO PREFEITO RESENHA Nº 063/2021

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ-PB, usando das atribuições, que lhe são conferidas e tendo em vista as servidoras abaixo relacionadas, **DEFERIU** o pedido de Licença para Tratamento de Saúde.

Matrícula	Nome	Cargo	Secretaria	Período
334	Maria do Carmo Serafim Felix	Professor P1	Secretaria de Educação	08/09/2021 a 07/11/2021
2071396	Jane Lucia Pedrosa de Brito	Supervisor Pedagógico	Secretaria de Educação	11/05/2021 a 13/11/2021
2122537	Kamila Paschoal M. do Nascimento	Dermatologista	Secretaria de Saúde	17/08/2021 a 15/10/2021

Sapé, 15 de setembro de 2021.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS

Prefeito

Publicado por:

Ozineide Ferreira de Souza

Código Identificador:A5CC69A5

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 470/2021 SAPÉ, 15 DE SETEMBRO DE 2021.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, inciso XI c/c o art. 88, inciso I, todos da Lei Orgânica do Município de Sapé, tendo em vista o que consta o Ofício nº 188/2021.

RESOLVE:

Conceder a cessão do servidor **LEANDRO SOARES DA CRUZ**, matrícula nº 2122310, Vigia, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, para ter exercício junto ao Fórum de Sapé, com ônus para esta Prefeitura.

Gabinete do Prefeito, em 15 de setembro de 2021.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS

Prefeito

Publicado por:

Ozineide Ferreira de Souza

Código Identificador:1B7AF44A

SECRETARIA DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO Nº. 004/2021, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre A INSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITO DA PESSOA IDOSA DE SAPÉ E SEUS REPRESENTANTES.

O Conselho Municipal de DIREITOS DA PESSOA IDOSA DEF-CMDPI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989 e Decreto Federal nº. 3.076 de 01 de Julho de 1999 e suas alterações posteriores, pela Lei Municipal nº. 1291 de 14 de Dezembro de 2019 e dando cumprimento à decisão qualificada no Plenário do Conselho em sua reunião ordinária, realizada em 09 de Setembro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º- Instituir as comissões do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, e seus representantes. São elas:
Comissão de Orçamento, Financiamento e Fundo: Viviane Cristina Cavalcante dos Santos Cruz; Selma Rosa da Silva; Sueli Martins do Nascimento; Eliane Ferreira da Silva.
Comissão de Normas e Fiscalização: Viviane Cristina Cavalcante dos Santos Cruz; Shenian Monteiro Cavalcante ; Carlito Soares de Oliveira.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir da data da aprovação em Plenária do CMDPI.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Cumpra-se e Publique-se.

VIVIANE CRISTINA CAVALCANTE DOS SANTOS CRUZ

Presidente do CMDPI/Sapé

Publicado por:

Ozineide Ferreira de Souza

Código Identificador:60CF5E69

SECRETARIA DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL 13ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SAPÉ

CAPÍTULO I DO OBJETIVO, TEMÁRIO

Art. 1º A 13ª Conferência Municipal da Assistência Social de Sapé será presidida pelo(a) Presidente(a) do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e realizada em Vinte e cinco (25) de Agosto de 2021.

Art. 2º A 13ª Conferência Municipal da Assistência Social foi convocada por meio do Decreto nº 2897 de 21 de julho de 2021.

Art.3º A 13ª Conferência Municipal da Assistência Social constitui-se em instância que tem por atribuição a avaliação da política da assistência social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do Sistema Único da Assistência Social –SUAS.

Art.4º A 13ª Conferência Municipal tem por objetivo analisar, propor e deliberar com base na avaliação local, reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado, e eleger Delegados(as) para XIII Conferência Estadual de Assistência Social que será realizada em outubro do corrente ano.

Art.5º A 13ª Conferência Municipal tem como tema: “Assistência Social: direito do povo e dever do Estado, com financiamento público para enfrentar as desigualdades e garantir a proteção social”, e está organizada em 5 Eixos:

EIXO 1: A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades.

EIXO 2: Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

EIXO 3 Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários.

EIXO 4 Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social.

EIXO 5 Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art.6º A 13ª Conferência Municipal deverá ser realizada a partir das seguintes etapas:

a) Abertura e aprovação do Regimento Interno;

- b) Palestra/Painéis sobre o Tema e os 5 Eixos;
- c) Grupos de Trabalhos por Eixos;
- d) Plenária Final/Deliberações a partir das prioridades definidas pelos grupos de Trabalho;
- e) Eleição de delegados.

CAPÍTULO III DOS PARTICIPANTES

Art.7º Participarão da 13ª Conferência Municipal todos os atores envolvidos na Política de Assistência Social com direito a voz e voto subdivididos nas seguintes categorias:

Representantes governamentais;
Representantes da sociedade civil, considerando os seguintes segmentos:

1. usuários e organizações de usuários;
2. entidades representantes dos trabalhadores dos SUAS;
3. entidades ou organizações de assistência social;

c) Convidados: participantes parceiros da Política de Assistência Social indicados pelo conselho de assistência social para a participação na conferência.

CAPÍTULO IV DOS PAINÉIS E PALESTRAS

Art.8 As Palestras/Painéis terão por finalidade promover o aprofundamento do debate dos 5 eixos.

Art.9 Deverá um(a) Relator(a) ficar responsável, durante a exposição, pelo resumo escrito da fala do(s) expositor(es) sobre o tema.

Art.10 As intervenções dos(as) participantes será de 02 minutos e poderão ser feitas oralmente ou apresentadas por escrito à Mesa.

CAPÍTULO V Dos Grupos de Trabalho por Eixo

Art. 11 Os grupos de Trabalho serão organizados de modo que cada grupo discuta um dos 5 Eixos da Conferência.

Art.12 Cada Grupo de Trabalho deve construir propostas de deliberação para o respectivo Eixo debatido, das quais: duas propostas de deliberação para o próprio município para cada eixo; cinco propostas de deliberação para o estado sendo uma para cada eixo; e cinco propostas de deliberação para a União sendo uma de cada eixo.

CAPÍTULO VI DA PLENÁRIA FINAL

Art. 13 A Plenária Final é o momento de discussão e deliberação.

Art. 14 As Deliberações na Plenária Final serão definidas a partir das prioridades estabelecidas pelos Grupos de Trabalho considerando os 5 Eixos da Conferência serão encaminhadas para a sistematização pelo ente estadual em instrumento próprio.

Art.15 A Plenária Final deve resultar em um conjunto de 02 deliberações para o próprio município; 1 deliberação para o Estado, e 2 deliberações para União em cada eixo.

CAPÍTULO VII DA ELEIÇÃO DOS(AS) DELEGADOS(AS)

Art. 16 Na Plenária Final serão eleitos 03 Delegados(as) para participar da XIII Conferência Estadual de Assistência Social, conforme resolução nº 2 do CEAS de 30/04/2021.

Art.17 A escolha dos(as) 03 delegados(as) para a XIII Conferência Estadual, entre participantes da 13ª Conferência Municipal de Sapé, será paritária priorizando a participação mínima de um usuário (a)

§ 1º. Serão eleitos(as) 03 suplentes de delegados(as) para a XIII Conferência Estadual paritariamente, preferencialmente do mesmo segmento para fins de substituição.

Art.18 A relação dos Delegados para a XIII Conferência Estadual eleitos e seus respectivos suplentes deverá ser enviada ao Conselho Estadual de Assistência Social até a data 15 de setembro de 2021, juntamente com as deliberações, lista de frequência e relatório fotográfico.

Parágrafo único. Na impossibilidade do(a) Delegado(a) titular estar presente na Conferência Estadual, o respectivo suplente será convocado para exercer a representação do município

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.19 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e apresentados para votação da Plenária.

Art.20 O presente Regimento entrará em vigor após aprovação da plenária da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social.

Sapé, 25 de agosto de 2021.

FLAVIANE XAVIER DE A. CABRAL
Presidente do CMAS

Publicado por:
Ozineide Ferreira de Souza
Código Identificador:7B4964DB

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA GRANDE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA GRANDE - CASA PEDRO
JOB DA SILVA
EXTRATO DE CONTRATO 005/2021**

**EXTRATO DE CONTRATO
CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA GRANDE
DISPENSA 003/2021**

Nº. CONTRATO: 005/2021

Contratante: CÂMARA Municipal de Serra Grande

Contratado: JM - CONTABILIDADES E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA, CNPJ nº 40.193.830/0001-43, localizado a Travessa Arsênio Alves do Nascimento, 101, Bela Vista, Serra Grande – PB.

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de serviços de Assessoria Administrativa para assuntos ligados ao setor de recursos humanos na área Previdenciária, individualização de FGTS em contas vinculadas de trabalhadores através de aplicativos SEFIP e REMAG. Informações contemporâneas a Receita Federal, informações ao TEM e processos de acertos cadastrais para retroação de Abono Salarial, encerramento de vínculos empregatícios extemporâneos e acompanhamento dos débitos junto à Receita Federal e PGFN.

Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

Data do Contrato: 15 de setembro de 2021.

Vigência: será até 31 de dezembro de 2021.

SAULO DIAS DE FARIAS
Presidente da Câmara Municipal Constitucional

Publicado por:
Jose Andreson Filho
Código Identificador:028B45E1

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAUNA

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 950/2021 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.**

LEI MUNICIPAL Nº 950/2021 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre a adoção do nome “PROGRAMA MÃO SOLIDÁRIA” ao benefício eventual previsto na Lei 767 de 03 de junho de 2014.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE UIRAÚNA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Adota o nome “PROGRAMA MÃO SOLIDÁRIA” ao benefício eventual previsto no artigo 14º da Lei 767 de 03 de junho de 2014.

Art. 2º. Os demais benefícios eventuais previstos na Lei 767/14 serão nomeados a critério da administração municipal através de Decreto.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Constitucional de Uiraúna-PB, 10 de setembro de 2021.

MARIA SULENE DANTAS SARMENTO

Prefeita Municipal de Uiraúna

Publicado por:

Isabel Fernandes Lima

Código Identificador:895419B5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

LEI MUNICIPAL Nº 951/2021 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021

LEI MUNICIPAL Nº 951/2021 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre a denominação da rua paralela a Rodovia Estadual – PB – 391, localizada a partir do cruzamento com a Rua José Joaquim Duarte e finalizando na Praça Joca Claudino. Floripes Henrique Duarte.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE UIRAÚNA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de FLORIPES HENRIQUE DUARTE, a rua paralela com a Rodovia Estadual – PB – 391, localizada a partir do cruzamento com a Rua José Joaquim Duarte e finalizando na Praça Joca Claudino.

Art. 2º. A denominação de que se trata o artigo anterior e uma homenagem à saudosa contrterrânea uiraunense, a Senhora FLORIPES HENRIQUE DUARTE.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Constitucional de Uiraúna-PB, 10 de setembro de 2021.

MARIA SULENE DANTAS SARMENTO

Prefeita Municipal de Uiraúna

Publicado por:

Isabel Fernandes Lima

Código Identificador:DC562099

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE PUBLICIDADE DISP 0059 2021

FAVORECIDO: IVANIR ANDRADE CHAVES, de CNPJ/CPF respectivamente 360.752.560-91

Fundamento: arts. 24, Inciso II, da lei 8.666/93

FONTE DE RECURSO: Orçamento 2021, FPM/ICMS

VALOR: R\$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos) reais

DATA DA RATIFICAÇÃO: 09 de setembro de 2021

RATIFICO o processo acima com base no parecer da Assessoria Jurídica

Uiraúna - PB, 09 de setembro de 2021.

MARIA SULENE DANTAS SARMENTO

Prefeita

EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAÚNA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 0059/2021

Nº. CONTRATO 00253/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAÚNA-PB

Contratado: IVANIR ANDRADE CHAVES, de CNPJ/CPF respectivamente 360.752.560-91.

Objeto: Contratação direta para prestação de serviços referente a confecção do cadastro e individualização do FGTS junto à Caixa Econômica Federal, alusivo ao exercício do ano de 1967 a 1994, conforme dados do cadastro.

Valor: R\$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos) reais.

Data do Contrato: 09 de setembro de 2021

Vigência: 31/12/2021

Uiraúna - PB, 09 de setembro de 2021.

MARIA SULENE DANTAS SARMENTO

Prefeita

Publicado por:

Isabel Fernandes Lima

Código Identificador:A6800415

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 00331/2021/PMU-GP

PORTARIA Nº. ----00331/2021/PMU-GP

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE UIRAÚNA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, preconizadas na Lei Orgânica Municipal e na Constituição Federal, CONSIDERANDO o direito constitucionalmente garantido, bem como previsto na legislação municipal, mais especificamente no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER o gozo de férias as Servidoras efetivas **ANA CRISTINA DUARTE**, matrícula 0822, lotação na Secretaria de Saúde, com início em 09 de setembro de 2021 e término em 08 de outubro de 2021; **MARIZETE BATISTA DO NASCIMENTO**, matrícula 0496, lotação na Secretaria de Educação, com início em 14 de setembro de 2021 e término em 13 de outubro de 2021. **JUSSARA MARIA SOBREIRA DE ANDRADE** matrícula 3656, lotação na Secretaria de Assistência Social, com início em 20 de setembro de 2021 e término em 19 de outubro de 2021;

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se,

Registre-se.

Gabinete da Prefeita Constitucional do Município de Uiraúna, Estado da Paraíba, em 15 de setembro de 2021.

MARIA SULENE DANTAS SARMENTO

Prefeita Municipal de Uiraúna

Publicado por:

Isabel Fernandes Lima

Código Identificador:8ED639BB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE PUBLICIDADE DISP 0058 2021

FAVORECIDO: ANDRE ABRANTES GERMANO 05755046417 - GERMANO ASSESSORIA ESPECIALIZADA, de CNPJ respectivamente 42.823.333/0001-29

Fundamento: arts. 24, Inciso II, da lei 8.666/93

FONTE DE RECURSO: Orçamento 2021, FPM/ICMS

VALOR: R\$ 11.000,00 (Onze mil) reais

DATA DA RATIFICAÇÃO: 09 de setembro de 2021

RATIFICO o processo acima com base no parecer da Assessoria Jurídica.

Uiraúna - PB, 09 de setembro de 2021.

MARIA SULENE DANTAS SARMENTO
Prefeita

**EXTRATO DE CONTRATO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAÚNA
DISPENSA DE LICITAÇÃO 058/2021
Nº. CONTRATO 00254/2021**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAÚNA-PB
Contratado: ANDRE ABRANTES GERMANO 05755046417 - GERMANO ASSESSORIA ESPECIALIZADA, de CNPJ respectivamente 42.823.333/0001-29.

Objeto: Contratação direta de empresa especializada em apoio administrativo, organização, concepção e digitação de documentos, formulação de minutas e relatórios, afim de atuar junto à Secretaria de Administração e Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Uiraúna-PB.

Valor: R\$ 11.000,00 (Onze mil) reais

Data do Contrato: 09 de setembro de 2021

Vigência: 09/01/2022

Uiraúna - PB, 09 de setembro de 2021.

MARIA SULENE DANTAS SARMENTO
Prefeita

Publicado por:
Isabel Fernandes Lima
Código Identificador:97DA1BE9

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRÓPOLIS**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO N.º. 0020/2021**

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO N.º. 0020/2021**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

Objeto: Fornecimento parcelado de combustíveis, óleos lubrificantes e filtros de combustível destinado a PM de Vieirópolis

Vencedores:

- DERIVADOS DE PETROLEO CHABOCAO LTDA com o valor de R\$ 608.220,00 (Seiscentos e Oito Mil e Duzentos e Vinte Reais), vencendo nos seguintes itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14., perfazendo o Valor Global de 608.220,00 (Seiscentos e Oito Mil e Duzentos e Vinte Reais).

Após análise do processo, e, estando o mesmo de acordo com a Lei, HOMOLOGO, nos termos da Lei 10.520/2002, em consequência, fica convocado os licitantes vencedor(es) para a assinatura do termo de contrato, nos termos do art. 64, *caput*, do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.

JOSÉ CÉLIO ARISTOTELES
Prefeito Constitucional

**EXTRATO DE CONTRATO
Prefeitura Municipal de Vieirópolis
PREGÃO 0020/2021
Nº. CONTRATO 00093/2021**

Contratante: Prefeitura Municipal de Vieirópolis
Contratado: DERIVADOS DE PETROLEO CHABOCAO LTDA
Objeto: Fornecimento parcelado de combustíveis, óleos lubrificantes e filtros de combustível destinado a PM de Vieirópolis
Valor: R\$ 608.220,00 (Seiscentos e Oito Mil e Duzentos e Vinte Reais)

Data do Contrato: 15 de Setembro de 2021

Vigência: 15/09/2022

JOSÉ CÉLIO ARISTOTELES
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Everton Daniel Pereira Sarmento
Código Identificador:D5875FCB

**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 650, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021**

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 642 E SEQUINTE, QUE TRATA DA MANUTENÇÃO DE MEDIDAS TEMPORÁRIAS E EMERGENCIAIS DE PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE VIEIRÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE VIEIRÓPOLIS, Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e ainda:

CONSIDERANDO o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), decretado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 188, de 03 de janeiro de 2020, em virtude da disseminação global da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto federal nº 7.616, de 17 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO a existência de declaração de condição em nível pandêmico de infecção humana pelo novo coronavírus (Covid-19), conforme anunciada pela OMS – Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.979/2020, confere aos entes federados a possibilidade de adoção de medidas que poderão ser implementadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 40.122, de 13 de março de 2020, que decretou Situação de Emergência no Estado da Paraíba ante ao contexto de decretação de Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional pelo Ministério da Saúde e a declaração da condição de pandemia de infecção humana pelo Coronavírus, definida pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter um plano de resposta efetivo para esta condição de saúde de ampla repercussão populacional em toda região do Sertão paraibano, onde está localizado o Município de Vieirópolis/PB;

CONSIDERANDO que já foram detectadas nos casos notificados no Estado, “cepas” do vírus com maior poder de contágio e propagação, o que reforça ainda mais a necessidade de toda população utilizar máscaras, manter o distanciamento social e higienizar as mãos;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 41.610, de 14 de setembro de 2021, que prorrogou as medidas temporárias e emergenciais até o dia 30 de setembro de 2021;

CONSIDERANDO que o Município de Vieirópolis, na 33ª Avaliação do Governo do Estado, com data de vigência a partir de 06 de setembro de 2021, continuou classificado em BANDEIRA AMARELA, de acordo com o Plano Novo Normal, estabelecido pelo Decreto Estadual 40.304/2020.

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogadas, até o dia 30 de setembro de 2021, todas as medidas estabelecidas no Decreto Municipal nº 642, medidas estas que foram prorrogadas pelos Decretos seguintes.

Art. 2º As medidas previstas poderão ser reavaliadas a qualquer momento, podendo até serem revogadas quando cessados os motivos ensejadores de sua emissão e de acordo com a situação

epidemiológica do município, atestado pela Secretaria Municipal de Saúde em consonância com a Secretaria Estadual de Saúde.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Vieirópolis, Estado da Paraíba, 15 de setembro de 2021.

JOSÉ CÉLIO ARISTÓTELES

Prefeito Constitucional do Município de Vieirópolis

Publicado por:

Francisco Maylson de Oliveira

Código Identificador:6934F0D2

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 033/2021

Aos 14 dias do mês de Setembro de 2021, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Boa Vista, Estado da Paraíba, localizada na Rua Esplanada Bom Jesus - Centro - Boa Vista - PB, nos termos da Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; Decreto Municipal nº 307, de 30 de Agosto de 2007; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 033/2021 que objetiva o registro de preços para: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - CNPJ nº 01.612.538/0001-10.

VENCEDOR: JOSE PAULINO DA CUNHA 13947141491					
CNPJ: 12.426.297/0001-30					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO	mês	12	2.000,00	24.000,00
TOTAL					24.000,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Boa Vista firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através da respectiva Ordem de Serviço, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 033/2021, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Boa Vista, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 033/2021 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- JOSE PAULINO DA CUNHA 13947141491. CNPJ: 12.426.297/0001-30. Item(s): 1.

Valor: R\$ 24.000,00.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Campina Grande.

ANDRÉ LUIZ GOMES DE ARAÚJO	JOSE PAULINO DA CUNHA 13947141491
Prefeito	

Publicado por:

Kézia Silmara Costa Farias

Código Identificador:21232AFB

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00010/2021

Aos 13 dias do mês de Setembro de 2021, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Cecília, Estado da Paraíba, localizada na Av. Santa Cecília - Centro - Santa Cecília - PB, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; Decreto Municipal nº 004, de 15 de Janeiro de 2021; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00021/2021 que objetiva o registro de preços para: Aquisição parcelada, conforme demanda, de materiais permanentes para atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Santa Cecília/PB; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA - CNPJ nº 01.612.643/0001-59.

VENCEDOR: C DA SILVA GRANGEIRO – INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS						
CNPJ: 13.895.847/0001-23						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
4	Armário copa,cozinha, material: mdf, tipo: de parede, revestimento: laminado melamínico, cor: branca, quantidade portas: 3 un, quantidade prateleiras: 1 un, padrão acabamento: mdf, largura: 1,20 m, profundidade: 0,35 m, altura: 0,60 m.	ITALIA FLEX	UND	2	499,50	999,00
6	Cadeira escritório, material estrutura: aço maciço e tubo aço, material revestimento assento e encosto: couro sintético, material encosto: espuma injetada alta densidade, material assento: espuma injetada alta densidade, tratamento superficial estrutura: pintura eletrostática, tipo base: giratória,regulagem altura pistão gás, tipo encosto: regulável, apoio braço: sem braços, cor: preta, tipo sistema regulagem vertical: a gás, características adicionais: perfil pvc bordas.	ITALIA FLEX	UND	1	389,50	389,50
8	Cadeira escritório, material estrutura: aço, material revestimento assento e encosto: couro sintético, material encosto: polipropileno injetado, material assento: polipropileno injetado, tratamento superficial estrutura: cromado, tipo base: giratória com 5 rodízios, tipo encosto: alto, apoio braço: com braços, tipo sistema regulagem vertical: a gás, quantidade pés: 5 un.	ITALIA FLEX	UND	1	529,99	529,99
9	Cadeira fixa, material assento: espuma de poliuretano, material encosto: espuma de poliuretano, material estrutura: aço, material revestimento assento e encosto: tecido, tipo base: fixo, tipo encosto: fixo, características adicionais: sem braço, tipo pé: 4 pés.	ITALIA FLEX	UND	3	128,09	384,27
17	Mesa escritório, material estrutura: mdf, quantidade gavetas: 1 un, largura: 1,50 m, altura: 0,80 m, cor estrutura: marfim, comprimento: 1,50 m, acabamento estrutura: laminado melamínico, espessura tampo: 3 cm, características adicionais: formato em "I", armário fixo e gaveta com chaves.	ITALIA FLEX	UND	1	624,50	624,50
18	Mesa escritório, material estrutura: mdp, material tampo: mdp, revestimento tampo: laminado melamínico, cor tampo: cinza, largura: 120 cm, profundidade: 53 cm, altura: 0,75 m, padrão acabamento tampo: borda pvc, acabamento estrutura: pintado em epóxi, espessura tampo: 30 mm.	ITALIA FLEX	UND	24	409,50	9.828,00
TOTAL						12.755,26

VENCEDOR: DT OFFICE – DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS EIRELI						
CNPJ: 30.019.904/0001-20						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
5	Bebedouro água garraão, material: plástico, tipo: elétrico de mesa, capacidade: 20 l, voltagem: 110,220 v, cor: branca, características adicionais: 2 torneiras desmontáveis água natural, gelada.	AGRATTO	UND	10	500,00	5.000,00
24	Ventilador, tipo: coluna, potência motor: 200 w, tensão alimentação: 110,220 v, características adicionais: oscilante, regulagem de altura e velocidade, material: aço e plástico, diâmetro: 60 cm, cor: preta.	VENTISOL	UND	13	230,00	2.990,00
TOTAL						7.990,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Santa Cecília firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00021/2021, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Santa Cecília, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00021/2021 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- C DA SILVA GRANGEIRO – INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS.

CNPJ nº 13.895.847/0001-23

Valor: R\$ 12.755,26

- DT OFFICE – DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS EIRELI.

CNPJ nº 30.019.904/0001-20

Valor: R\$ 7.990,00

Total: R\$ 20.745,26

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Umbuzeiro.

Santa Cecília - PB, 13 de Setembro de 2021

JOSÉ MARCÍLIO FARIAS DA SILVA

Prefeito

Publicado por:
Ernando Souza de Sales
Código Identificador: 16E32693

GABINETE DO PREFEITO LEI Nº 268/2021

Dispõe sobre a nova jornada aos Professores do Ensino Infantil e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental (séries iniciais) da Rede Pública de Ensino de Santa Cecília – PB, de 25 para 30 horas-aula semanais e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, Estado de Paraíba, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas e estabelecidas na Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os professores do Ensino Infantil e do 1º ao 5º ano, séries iniciais do Ensino Fundamental, pertencentes ao quadro efetivo da Rede Pública de Ensino, admitidos sob carga horária de 25 horas-aula semanais, passarão a exercer a nova jornada de 30 horas-aula semanais, ora instituída.

§1º A composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos (Lei nº 11.738/2008, Art. 2º §4º).

§2º O acréscimo da jornada de que trata o caput deste artigo terá repercussão financeira em sintonia com o piso dos profissionais do magistério municipal previsto na Lei Municipal nº 243, de 22 de março de 2019, na forma do anexo único, parte integrante desta lei.

§3º O acréscimo financeiro alcançará exclusivamente os professores do Ensino Infantil e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, integrantes do quadro efetivo da Rede Municipal de Ensino.

§4º Por se tratar de alteração de carga horária e não de vencimento/remuneração, não incidirá quaisquer modificações referente aos aposentados.

Art. 2º Os recursos financeiros destinados a cobertura das despesas de que trata o artigo anterior, serão oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB ou outra denominação que seja dada aos valores transferidos pelo Governo Federal, para o setor da Educação dos municípios.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se for necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cecília – PB, 15 de setembro de 2021.

JOSÉ MARCÍLIO FARIAS DA SILVA

Prefeito

ANEXO ÚNICO – LEI Nº 268/2021

CARGA HORÁRIA SEMANAL				
Denominação	Referências	Simbologia	Salário 25 H/A	Salário 30 H/A
Professor (a) A1 PA1 Nível Médio	I	PA1 - I	1.598,59	1.918,31
	II	PA1 - II	1.678,52	2.014,23
	III	PA1 - III	1.762,45	2.114,94
	IV	PA1 - IV	1.850,58	2.220,69
	V	PA1 - V	1.943,11	2.331,72
	VI	PA1 - VI	2.040,26	2.448,31
Denominação	Referências	Simbologia	Salário	Salário
Professor(a)A2 PA2 Nível Superior 20%	I	PA1 - I	1.918,31	2.301,97
	II	PA1 - II	2.014,23	2.417,07
	III	PA1 - III	2.114,94	2.537,92
	IV	PA1 - IV	2.220,69	2.664,82
	V	PA1 - V	2.331,72	2.798,06
	VI	PA1 - VI	2.448,31	2.937,96
Denominação	Referências	Simbologia	Salário	Salário
Professor(a) A4 PA4 14% Especialização	I	PA1 - I	2.186,87	2.624,25
	II	PA1 - II	2.296,22	2.755,46
	III	PA1 - III	2.411,04	2.893,23
	IV	PA1 - IV	2.531,59	3.037,89
	V	PA1 - V	2.658,17	3.189,78
	VI	PA1 - VI	2.791,08	3.349,27
Denominação	Referências	Simbologia	Salário	Salário
Professor(a) A5 PA5 28% Mestrado	I	PA1 - I	2.455,44	2.946,52
	II	PA1 - II	2.578,22	3.093,85
	III	PA1 - III	2.707,13	3.248,54
	IV	PA1 - IV	2.842,49	3.410,97
	V	PA1 - V	2.984,62	3.581,52
	VI	PA1 - VI	3.133,85	3.760,60
Denominação	Referências	Simbologia	Salário	Salário
Professor(a) A6 PA6 Doutorado 56%	I	PA1 - I	2.992,56	3.591,07
	II	PA1 - II	3.142,19	3.770,62
	III	PA1 - III	3.299,30	3.959,15
	IV	PA1 - IV	3.464,27	4.157,11
	V	PA1 - V	3.637,48	4.364,96
	VI	PA1 - VI	3.819,35	4.583,21

Publicado por:

Jose Maria Guedes do Nascimento

Código Identificador:93AFF4F2

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

AGORA COM ATOS DE INTERESSE PRIVADO

Licenciamento ambiental e demais atos legais de interesse privado das pessoas físicas ou jurídicas de direito privado cuja legislação de regência determine a divulgação e a publicidade agora tem um novo espaço, mas ágil e com menor custo.

saiba mais em:
www.diariomunicipal.com.br/famup (61) 4063-6162




